

# RELATÓRIO E CONTAS 2017

TRANSPORTES INTERMODAIS DO PORTO



Manany ny 10

TIP – Transportes Intermodais do Porto, A.C.E.

Av. Fernão de Magalhães, 1862 – 12º

4350-158 Porto

Telef. 225071172 - Fax 225071110

Pessoa Coletiva n.º 506 240 266

Registado sob o n.º 506 240 266 na 2.ª Secção da Conservatória do Registo Comercial do Porto

Capital Social 30.000 euros



*Manany*

2

D.

TIP

# ÍNDICE

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	4
Relatório de Gestão	6
1. Números da Intermodalidade	7
2. Factos relevantes em 2017	8
2.1. Evolução da Utilização do Sistema de Transportes Públicos na Área Metropolitana do Porto	8
2.2. Alterações da Rede Intermodal	10
2.3. Alterações Tarifárias	11
2.4. Alterações dos Títulos Comercializados	11
2.5. Evolução do Sistema de Bilhética Intermodal Andante	11
2.6. Prazo Validade Cartões Andante	12
2.7. Modelo Organizacional e de Negócio	12
2.8. Alterações na Rede de Vendas	13
3. Caracterização da Rede Intermodal Andante	14
4. Atividade Comercial 2017	16
4.1. Validações	16
4.2. Quantidades Vendidas	19
4.3. Receita Intermodal	20
4.4. Comunicação com o cliente	22
5. Auditorias à Atividade do TIP	25
5.1. Inspeção Geral de Finanças	25
6. O TIP e os seus Colaboradores	26
6.1. Estrutura Organizacional	26
6.2. Recursos Humanos	27
7. O TIP e as suas Agrupadas	28
7.1. Estrutura Societária	28
7.2. Composição dos Órgãos Sociais	28
7.3. Modelo de Governo do TIP	30
8. Obrigações de Reporte enquanto Membro do Setor Empresarial do Estado	31
9. Desempenho Económico e Financeiro	40
9.1. Gestão de riscos	44
9.2. Eventos Subsequentes	45
9.3. Proposta de Aplicação dos Resultados	45
Perspetivas para 2018	47
Contas do Exercício de 2017	53
Anexos	82
Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria	97

Manany

2  
HP

## MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2017 representa, certamente, um marco na história do TIP, tendo sido atingidos resultados muito positivos em diversos indicadores financeiros e operacionais. Destes, devo salientar os seguintes:

- Pela primeira vez em 15 anos, foi alcançada uma situação líquida positiva, que resulta do esforço de racionalização e da redução das amortizações, que tem vindo a ocorrer de forma progressiva;
- O alargamento do Sistema Intermodal Andante (SIA), com destaque para a integração da rede CP até à Trofa, incrementando de forma relevante a cobertura territorial;
- A redução do valor da comissão de validação para os operadores que dispõem de sistemas de bilhética próprios;
- A desmaterialização do sistema de bilhética, através do lançamento do projeto **anda**, com o arranque e desenvolvimento do projeto-piloto e o início da instalação da infraestrutura;
- O estabelecimento de um prazo de utilização e de validade para os cartões Andante e a realização da respetiva campanha de substituição, concluída com inteiro sucesso;
- O início do processo de transferência dos equipamentos, concretizado com a CP.

A evolução positiva verificou-se igualmente noutros indicadores. Embora constituam já uma tendência consolidada, devemos registar com satisfação o crescimento da procura no sistema Andante, que se situou em 4,6% neste exercício, e a evolução da receita, com um incremento de 5,7%.

O ano de 2017 foi, sem dúvida, um período particularmente exigente. A concretização de metas tão relevantes como as acima referidas só foi possível graças ao forte empenho demonstrado por todos os colaboradores do TIP, à cooperação das empresas agrupadas e dos operadores aderentes, ao apoio das entidades públicas com quem interagimos e ao espírito de colaboração demonstrado pelos fornecedores.

O caminho até aqui percorrido permite-nos encarar com ânimo o tempo futuro, no qual esperamos não apenas concretizar os diversos projetos em curso mas também formalizar novas ideias e ambições, com o intuito de ampliar a procura do transporte público e promover uma mobilidade mais sustentável na Área Metropolitana do Porto.

A todos os que nos acompanharam, deixo aqui o meu agradecimento e do Conselho de Administração pela colaboração prestada.

Jorge Moreno Delgado  
Presidente do Conselho de Administração

RELATÓRIO DE GESTÃO



Inunany <sup>6</sup>    
17

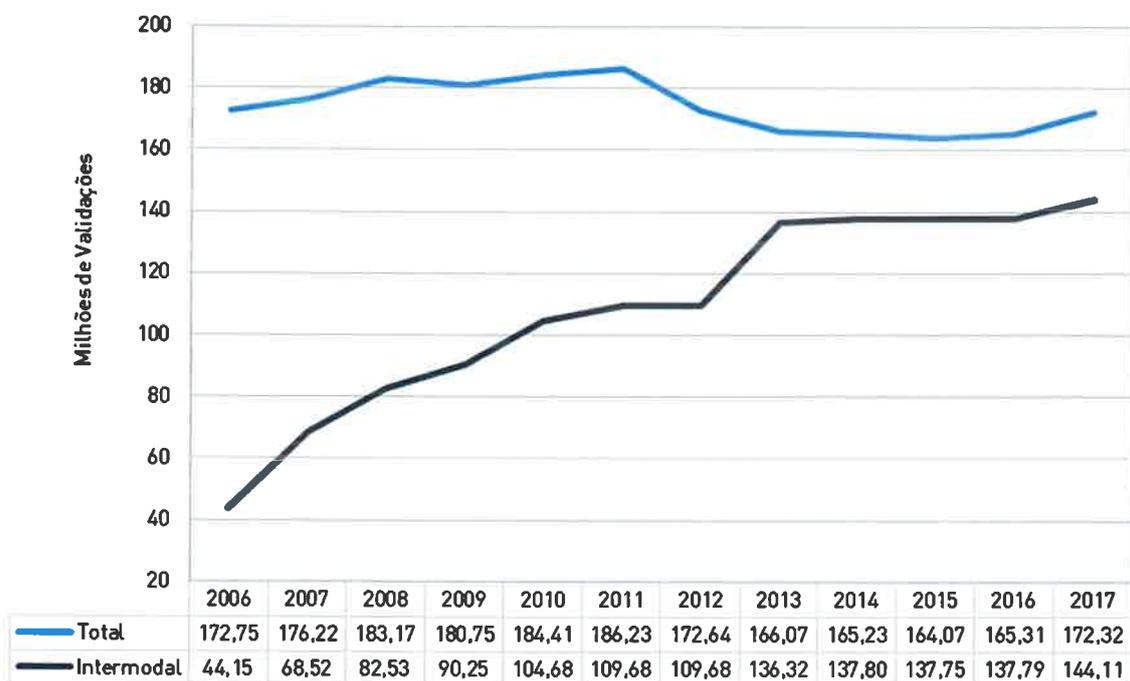


## 2. Factos relevantes em 2017

### 2.1. Evolução da Utilização do Sistema de Transportes Públicos na Área Metropolitana do Porto

O exercício de 2017 assume particular destaque no crescimento da utilização dos transportes públicos<sup>1</sup> da Área Metropolitana do Porto (AMP), registando uma subida de 4,2% no número total de validações (172,32 milhões de validações).

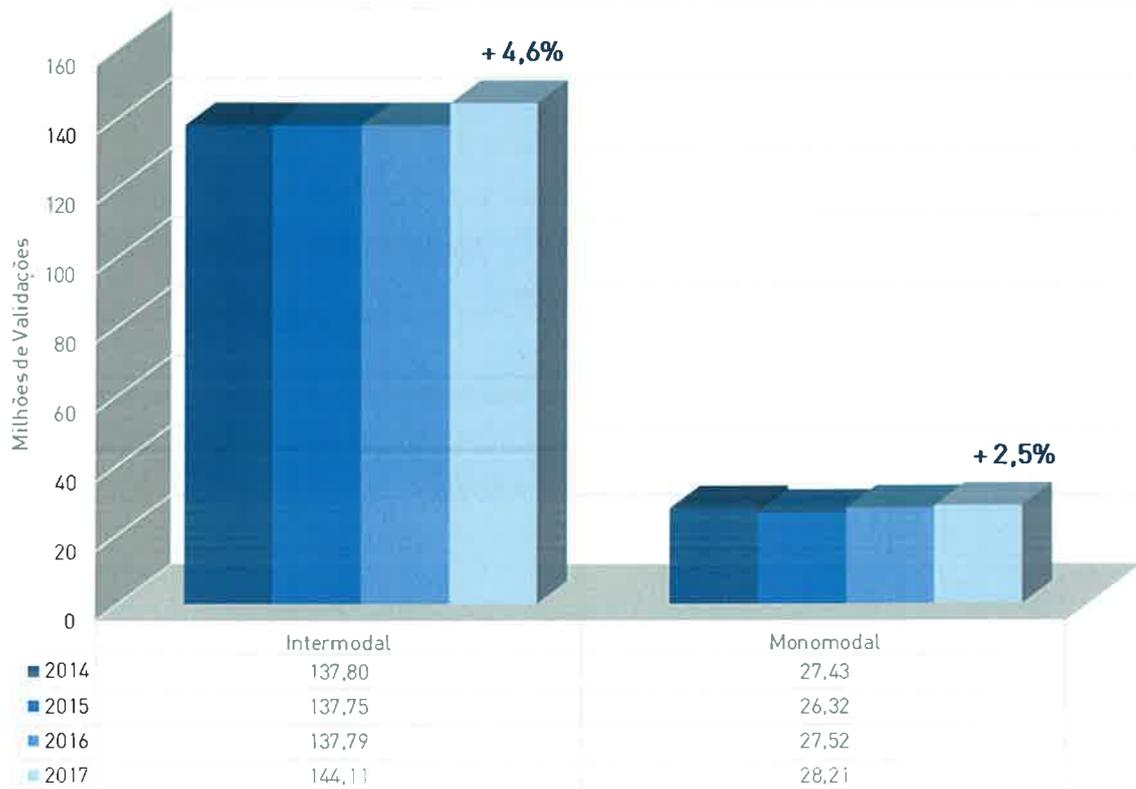
As validações de títulos intermodais Andante acompanham a tendência de crescimento da procura global de transporte público traduzida numa subida de 4,6%. Em 2017, as validações de títulos intermodais Andante totalizaram 144,11 milhões.



O Andante representou em 2017 aproximadamente 84,0% da utilização de transporte público, traduzindo uma subida de 0,28 p.p. face a 2016, mantendo-se, de forma clara e inequívoca, a opção da maioria dos clientes da AMP pela intermodalidade.

<sup>1</sup> Considera-se neste ponto como procura de transporte público o conjunto dos passageiros que utilizam o tarifário intermodal Andante e as tarifas monomodais STCP e CP.

## Validações Totais



O máximo absoluto mensal de validações intermodais ocorreu no mês de maio, com aproximadamente 13,4 milhões de validações.

O maior volume diário de validações intermodais registou-se no dia 31 de outubro de 2017, terça-feira, com, aproximadamente, 571 mil validações.

## 2.2. Alterações da Rede Intermodal

A rede intermodal Andante incorporou, ao longo do ano de 2017, novas linhas e/ou estações de operadores já integrados, a saber:

- 20 março 2017
  - CP Porto
    - ✓ Alargamento do Sistema Intermodal Andante até à Trofa integrando as estações Trofa, Portela, S. Romão do Coronado, S. Frutuoso, Leandro e Travagem
  
- 1 junho 2017
  - Resende
    - ✓ Linha 105 N - Aeroporto / Custóias
    - ✓ Linha 107 N - Leça da Palmeira / Valongo (Estação)
  
- 27 julho 2017
  - Metro do Porto
    - ✓ Integração de nova estação na linha vermelha Modivas/VC – Fashion Outlet
  
- 9 setembro 2017
  - STCP
    - ✓ ZC – Zona Campanhã
  
- 18 setembro 2017
  - Nogueira da Costa
    - ✓ 6 – Maia (estação Metro) / Leça do Balio (Lionesa)
  - Espírito Santo
    - ✓ 50 – Canelas / Câmara de Gaia

A entrada das novas estações do operador CP originou alguns ajustamentos tendo sido criada uma nova zona (N18), sendo a cobertura atual de 28 zonas.

### 2.3. Alterações Tarifárias

No âmbito do Despacho Normativo nº 14-A/2016, de 19 de dezembro de 2016, entrou em vigor a 1 de janeiro um novo tarifário intermodal refletindo um aumento médio ponderado de 1,5%.

### 2.4. Alterações dos Títulos Comercializados

A 1 de setembro foi publicada em Diário da República, 1.ª série, nº 169, a Portaria n.º 261/2017, que altera as condições da atribuição do «passe sub23@superior.tp», fixadas na Portaria n.º 982-B/2009, de 2 de setembro, alterada pela Portaria n.º 34 -A/2012, de 1 de fevereiro e pela Portaria n.º 268-A/2012, de 31 de agosto.

De acordo com a nova legislação:

- extingue-se o tarifário sub23 F (desconto de 60%) destinado a estudantes da assinatura sub23 inseridos em famílias que cumpram o critério estabelecido na alínea c) do n.º 2 do artigo 3-A da portaria nº 272/2011, de 23 de Setembro, conforme alterada pela Portaria n.º 36/2012, de 8 de fevereiro (Passe Social +);
- é implementado o tarifário sub23 (desconto de 25%) destinado a todos os estudantes do ensino superior até aos 23 anos (inclusive) matriculados em cursos oficialmente reconhecidos pelo Ministério que tutele o Ensino Superior.

### 2.5. Evolução do Sistema de Bihética Intermodal Andante

O ano de 2017 foi marcado pelo aperfeiçoamento técnico da aplicação **anda** desenvolvendo um conjunto de ações que vão permitir a entrada em serviço comercial do projeto no 1º semestre de 2018.

No decorrer do exercício foram feitos investimentos relevantes na requalificação dos equipamentos de bilhética, designadamente, nos seguintes componentes do sistema:

- Concentradores de bordo e de estação, os quais vêm apresentando, para além da natural mortalidade, sucessivos decréscimos de disponibilidade;
- Dispensadores das MVA, pois trata-se da componente geradora da maioria dos pedidos de intervenção corretiva, situação que se tem agravado com a alteração recente dos cartões de suporte utilizados;
- Máquinas Portáteis de Fiscalização, respondendo a uma carência premente, sobretudo da STCP, já que, resultado da mortalidade ocorrida nestas máquinas ao longo dos últimos anos, não existem atualmente equipamentos disponíveis em quantidade suficiente para

efetuar o controlo dos passageiros. Este processo foi adjudicado no exercício de 2017 entrando em serviço nos primeiros meses de 2018.

O sistema central foi igualmente objeto de alguns investimentos relevantes, como seja a virtualização das máquinas e backup relativamente a determinados serviços críticos.

Foi implementada uma nova versão do Modelo de Dados, que permite ter maior segurança, nomeadamente nos cartões em papel com base no chip Mifare Ultralight na sua versão EV 1.

Importa também salientar a alteração do Modelo de Dados do cartão Calypso, a qual permitirá efetuar alterações no zonamento do SIA de modo muito mais expedito até um valor máximo de 64 zonas.

Foram desinstaladas 12 Máquinas de Venda Automática (MVA), de estações da Metro do Porto. Realocaram-se 4 destas máquinas para reforçar o parque disponível nas estações da Metro do Porto com maior intensidade de utilização, nomeadamente Aeroporto, Campanhã e Casa da Música. Foram ainda instaladas duas MVA na nova estação da Metro do Porto (VC Fashion Outlet – Modivas).

Procedeu-se ainda à atualização dos validadores Vivaldi, da versão V1 para a versão V2, em 306 validadores num universo de 1.110.

## 2.6. Prazo Validade Cartões Andante

A inserção de um limite temporal nos cartões Andante, de 1 ano para os cartões em papel e de 5 anos para os cartões em PVC, estabelecida a 16 de janeiro de 2017, teve como principais objetivos permitir o conhecimento da quantidade de títulos vendidos e ainda não utilizados, reduzir a dimensão da base de dados utilizada para efetuar o processo de repartição de receita, bem como conhecer com maior rigor o valor da receita por repartir associado aos títulos de viagem que se encontravam carregados e que ainda poderiam vir a ser utilizados.

Para facilitar o processo de estabelecimento do referido limite temporal para os cartões, ocorreu uma alteração da imagem dos mesmos, tendo sido lançada uma campanha de troca gratuita.

## 2.7. Modelo Organizacional e de Negócio

As modificações ocorridas no quadro normativo do setor dos transportes, nomeadamente com a entrada em vigor da Lei n.º 52/2015, de 09 de janeiro, e a alteração do enquadramento de

alguns operadores, como sejam a transferência prevista das responsabilidades de gestão da STCP para os municípios, conduziram a uma reanálise dos modelos organizacional e do negócio do TIP.

Verificando-se que, em várias situações, os operadores testemunham alguma insatisfação quer com o nível de serviço dos equipamentos do TIP instalados nas respetivas redes, apesar dos investimentos que têm sido feitos para a requalificação do parque de bilhética, quer com o encargo associado à comissão de validação suportada, foi iniciado um processo de descentralização da gestão dos equipamentos para o domínio das empresas aderentes, permitindo uma maior aproximação destas ao funcionamento dos serviços de manutenção e conservação, deixando o TIP de ter uma intervenção num processo em que não acrescenta valor relevante.

Assim, no decorrer do exercício, os operadores privados com equipamentos de bilhética próprios, passaram a usufruir de uma comissão de validação de 0,01 Euros, em vez de 0,015 Euros. Encontram-se nestas condições os Operadores Espírito Santo (desde janeiro 2017), Resende (desde maio 2017) e Maia Transportes (desde outubro 2017).

Adicionalmente, o desenvolvimento dos projetos de bilhética desmaterializada e o limitado número de colaboradores do TIP coloca também problemas de capacidade de resposta a todas as solicitações, pelo que foi recentrada a sua atividade nas questões principais do SIA, transferindo para os operadores as tarefas em que é menor o valor que este ACE acrescenta no plano da melhoria da qualidade do transporte público.

O primeiro passo desta reorientação ocorreu já em novembro de 2017, com a transferência da propriedade e gestão dos equipamentos instalados na zona monomodal da CP para esta agrupada.

## 2.8. Alterações na Rede de Vendas

Um dos recursos decisivos implementados em 2017 para melhorar as condições de atendimento nas lojas Andante consistiu na implementação de um Sistema de Atendimento e Gestão das Filas de Espera que veio permitir uma redução significativa nas filas que se verificam em cada final de mês.

Em janeiro iniciou-se a difusão pelas Lojas Andante e bilheteiras CP com venda Andante da nova bilheteira que veio aperfeiçoar algumas funcionalidades e integrar outras novas, permitindo não só uma maior eficiência no atendimento mas também uma melhoria significativa no processo de conferência de receita.

Foi ainda implementado um sistema de emissão de faturas (com número de identificação fiscal), para os canais de venda que não tinham esta possibilidade, nomeadamente MVA, SIBS e equipamentos portáteis. Em setembro de 2017, a SIBS passou a emitir fatura na altura dos carregamentos, deixando assim de ser utilizada a ferramenta de emissão de faturas.

No final do ano concretizou-se a mudança da Loja Andante da Maia para as novas instalações no Serviço de Apoio ao Cidadão junto à Câmara Municipal da Maia motivada pela denúncia do contrato de arrendamento comunicada pelo anterior senhorio.

Nos meses de setembro e outubro, como habitualmente, decorreu nas lojas Andante o reforço no atendimento ao público ditado pela obrigatoriedade da renovação dos perfis Social+, Social Estudante, 4\_18 e Sub23.

### 3. Caracterização da Rede Intermodal Andante

Zonas Intermodais em utilização	28
Operadores Aderentes	11
Linhas de Operadores Rodoviários	157
Estações de Operadores Ferroviários	107
Pontos de Venda *	1 070

\* excluindo rede SIBS

- 28 zonas da rede intermodal Andante servidas pelos diferentes operadores aderentes
  - C1 a C11, C16, N1, N2, N3, N10, N11, N14, N15, N16, N17, N18, S1, S2, S3, S7, S8, S9
- 11 operadores aderentes ao sistema intermodal
  - CP + MP + STCP + Resende + Valpi + ETG + Espírito Santo + Maia Transportes + MGC + Nogueira da Costa + Pacense
- 157 linhas de operadores rodoviários integradas
  - 73 STCP + 16 Resende + 8 Valpi + 29 ETG + 21 Espírito Santo + 4 Maia Transportes + 2 MGC + 3 Nogueira da Costa + 1 Pacense
- 107 estações de operadores ferroviários integradas
  - (82 MP + 25 CP)

- 1 070 pontos de venda de títulos intermodais
  - 10 Lojas Andante
    - Trindade, Campanhã, Casa da Música, Maia, Brito Capelo, General Torres, Senhora da Hora, Póvoa de Varzim, Hosp. S. João, Bom Sucesso
  - 238 Máquinas de Venda Automática  
195 MP + 43 CP
  - 13 Postos de Atendimento de Operadores Aderentes
    - 7 Postos CP: S. Bento, Campanhã, Ermesinde, Devesas, Espinho, Valadares e Trofa
    - 6 Postos Operadores Privados: Valpi, Resende, Maia Transportes, ETG, Espírito Santo (2)
  - 806 Agentes Pagaqui
  - 3 Revendedores: Aeroporto (Turismo do Porto e Norte de Portugal), Museu do Carro Elétrico e Douro Touristic Tours.
  - Rede Multibanco em todo o país (não considerado no quadro acima referido).
- 1.753 Validadores instalados na área intermodal Andante

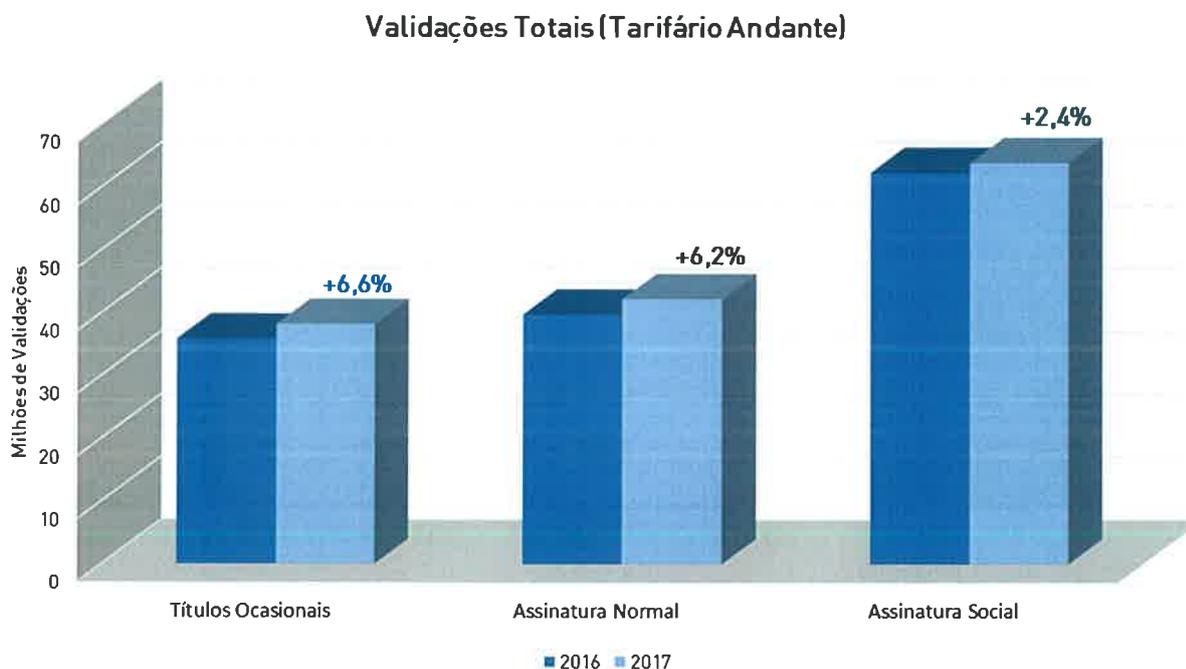
## 4. Atividade Comercial 2017

### 4.1. Validações

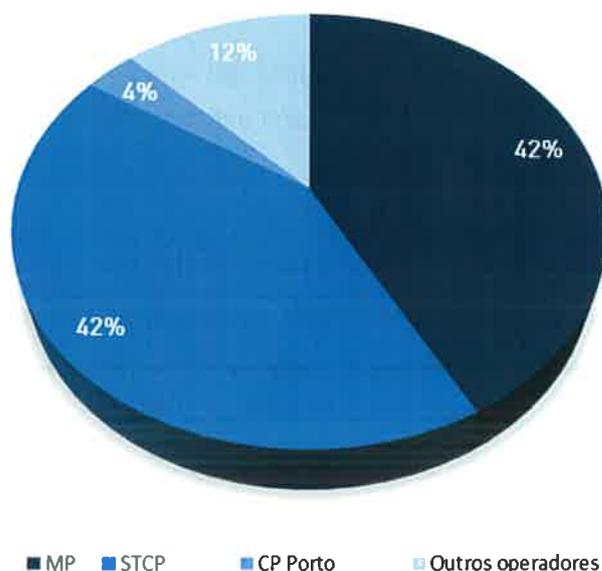
Conforme antes referido, o exercício de 2017 regista um acréscimo de 4,6% no volume de validações intermodais Andante relativamente ao ano anterior, registando um total de 144,11 milhões de validações.

A distribuição da procura por tipologia de título permite concluir que 73,5% das validações dos títulos intermodais respeitam a assinaturas (39,8% normais e 60,2% sociais), sendo 26,5% referentes a títulos ocasionais. Esta distribuição manteve-se semelhante face à registada em 2016.

As validações com assinaturas de Tarifário Social, na sua globalidade [Júnior, Estudante, Reformado/Pensionista, Sénior, Social+, Social+ (A), Social+ (D), Social+ (R), 4\_18(A), 4\_18(B), 4\_18(F), Sub23 (A), Sub23 (F)], apresentam uma subida de 2,4% face a 2016. No caso dos títulos ocasionais e das assinaturas normais, as taxas de crescimento relativamente ao ano anterior foram ainda mais expressivas (6,6% e 6,2%, respetivamente).



A distribuição das validações intermodais por operador no ano de 2017 foi a seguinte:



É de salientar o acréscimo nas validações do operador CP com variação positiva de 9,7%, face ao exercício anterior.

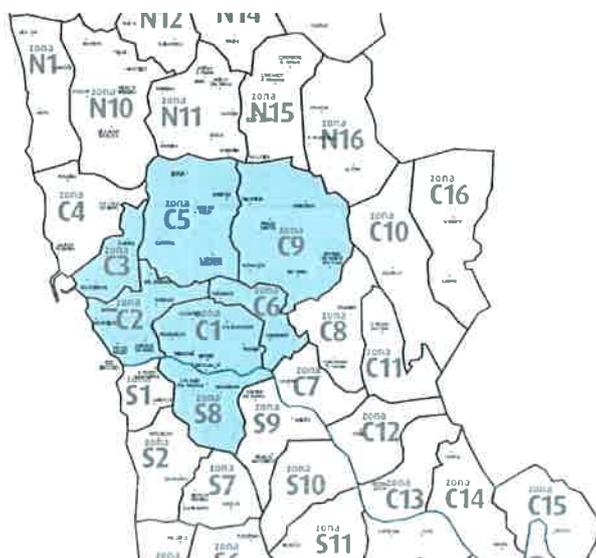
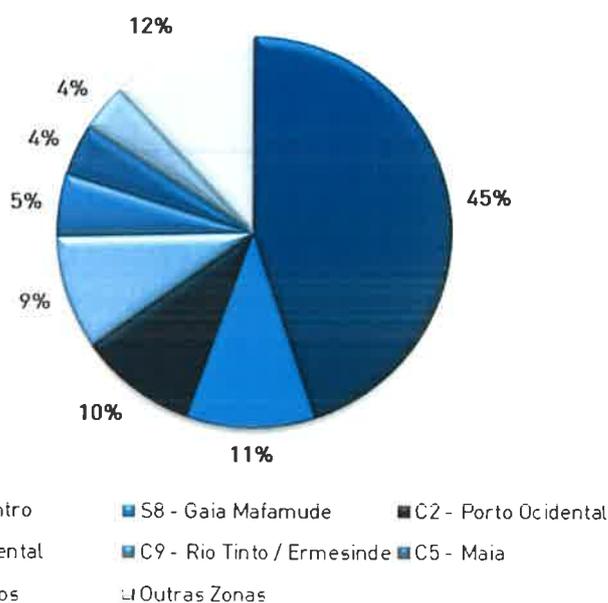
Validações Intermodais	2014	2015	2016	2017	Δ 16/17
MP*	57,09	57,91	58,15	60,75	4,5%
STCP	61,39	58,59	58,13	60,73	4,5%
CP Porto	4,06	4,21	4,42	4,85	9,7%
Resende	2,77	3,80	3,71	3,87	4,3%
Espírito Santo	2,54	2,97	3,05	3,23	6,0%
Maia Transportes	0,04	0,03	0,05	0,15	212,1%
Valpi	2,48	2,51	2,48	2,39	-3,7%
MGC	1,20	1,26	1,16	1,23	5,7%
Nogueira da Costa	0,02	0,03	0,05	0,08	47,0%
ETG	6,07	6,30	6,45	6,70	3,9%
Pacense	0,12	0,14	0,13	0,13	-2,1%
	137,80	137,75	137,79	144,11	4,6%

Unidade: milhões de validações

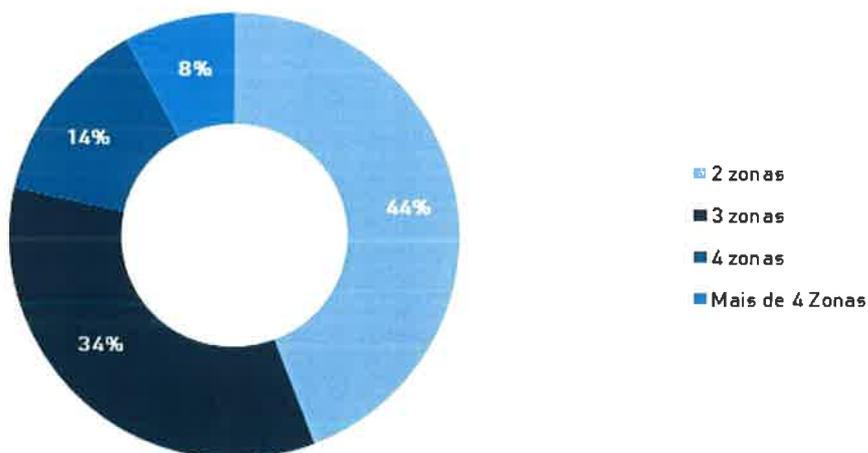
\* Inclui Funicular dos Guindais e Alternativos

Relativamente à procura por zonas, constata-se ser a zona C1 (Porto Centro) a que regista maior utilização, com 44,8% das validações totais, seguindo-se as zonas S8 (Gaia Mafamude), com 10,6%, e C2 (Porto Ocidental), com 9,7%.

No seu conjunto, as 7 zonas mais centrais C1, C2, C3, C5, C6, C9 e S8, continuam a concentrar aproximadamente 88% do total de validações do SIA.



As deslocações de curta distância (clientes utilizadores de 2 ou 3 zonas) constituem a maioria das deslocações intermodais, representando 78,8% das validações efetuadas em 2017.



## 4.2. Quantidades Vendidas

Em 2017, foram dispensados cerca de 3,6 milhões de cartões com utilização intermodal, entendendo-se por tal, cartões Andante (em PVC e em papel) e cartões STCP onde é possível também carregar títulos Andante.

De referir que, dos 3,6 milhões de cartões dispensados no ano em análise, cerca de 683 mil cartões Andante em papel e 182 mil cartões em PVC corresponderam a trocas gratuitas, num total de 865 mil cartões.

A venda de títulos de assinatura normal regista, em 2017, um acréscimo de 11,3% representando, 41,4% do total de assinaturas vendidas.

Os títulos de obrigação tarifária registam igualmente uma subida de 4,2% representando 58,6% do total de assinaturas vendidas.

É de salientar a venda reduzida de diversos títulos de obrigação tarifária, designadamente, 4\_18 (F) e Sub23 (F), certamente explicados pela migração de clientes para a assinatura Estudante que confere o mesmo desconto sendo de acesso mais simples. Também a reduzida expressão da venda de títulos Reformado e Social+ (R) poderá decorrer da redução do rendimento disponível no segmento da população idosa de menores recursos e da migração destes clientes para o tarifário Sénior que oferece o mesmo desconto sendo de acesso mais simples. Nesse sentido, está em estudo com a Tutela uma proposta de simplificação tarifária.

O conjunto dos títulos de obrigação tarifária integrados no Tarifário Social Andante (TSA), regulados pelo acordo com o Estado Português (Estudante, Júnior, Sénior e Reformado/Pensionista), venderam 578,4 mil assinaturas, traduzindo uma subida de 3,76% relativamente a 2016.

### Títulos de Obrigação Tarifária

Quantidade Vendida		2013	2014	2015	2016	2017	Δ 16/17
Tarifário Social Andante [TSA]	Júnior	10 255	9 898	9 838	9 487	10 302	8,59%
	Estudante	307 621	308 076	300 517	291 426	293 655	0,76%
	Sénior	243 337	246 537	249 205	256 154	274 332	7,10%
	Ref. / Pens.	3 117	1 826	1 057	377	135	-64,19%
	<b>Sub-Total</b>	<b>564 330</b>	<b>566 337</b>	<b>560 617</b>	<b>557 444</b>	<b>578 424</b>	<b>3,76%</b>
4_18@escola.tp	4_18						
	4_18 (A)	60 355	67 064	70 866	74 453	74 278	-0,24%
	4_18 (B)	28 858	23 767	22 615	22 916	23 429	2,24%
	4_18 (F)	3 624	1 142	414	170	57	-66,47%
	<b>Sub-Total</b>	<b>92 837</b>	<b>91 973</b>	<b>93 895</b>	<b>97 539</b>	<b>97 764</b>	<b>0,23%</b>
Sub23@superior.tp	Sub23					6 489	
	Sub23 (A)	63 742	77 621	88 742	97 576	107 809	10,49%
	Sub23 (F)	2 333	563	196	49	7	-85,71%
	<b>Sub-Total</b>	<b>66 075</b>	<b>78 184</b>	<b>88 938</b>	<b>97 625</b>	<b>114 305</b>	<b>17,09%</b>
Social+	Social+	200 767	223 371	235 544	238 866	240 358	0,62%
	Social+ (A)	30 503	38 842	43 320	47 239	52 650	11,45%
	Social+ (B)	4 968	5 172	5 217	4 379	4 218	-3,68%
	Social+ (R)	10 115	3 764	1 604	625	135	-78,40%
	<b>Sub-Total</b>	<b>246 353</b>	<b>271 149</b>	<b>285 685</b>	<b>291 109</b>	<b>297 361</b>	<b>2,15%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>969 595</b>	<b>1 007 643</b>	<b>1 029 135</b>	<b>1 043 717</b>	<b>1 087 854</b>	<b>4,2%</b>	
<b>Peso total venda assinaturas</b>		<b>59,23%</b>	<b>60,71%</b>	<b>61,12%</b>	<b>60,14%</b>	<b>58,60%</b>	

A venda de títulos de transporte especialmente vocacionados para turistas – Andante Tour – registou um crescimento de 23,7% face a 2016, refletindo o forte crescimento do setor turístico na AMP.

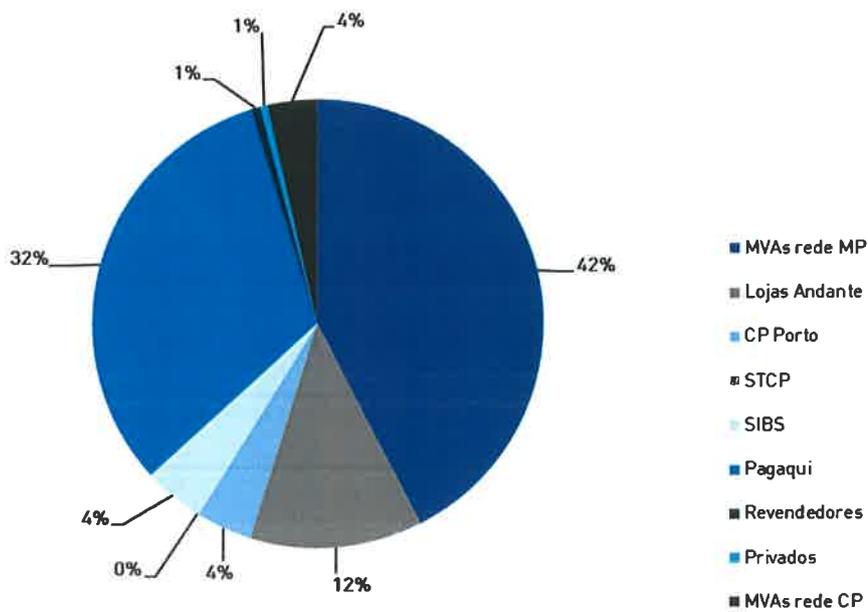
Em 2017 foram vendidos cerca de 52 mil títulos Andante Tour 1 e aproximadamente 62 mil títulos Andante Tour 3. A maior incidência de vendas ocorreu no mês de setembro.

### 4.3. Receita Intermodal

A receita Andante proveniente da venda de títulos e cartões intermodais ascendeu, em 2017, a 95,4 milhões de euros, refletindo um acréscimo de 5,7% relativamente ao ano anterior e assumindo uma quota de 42% das vendas.

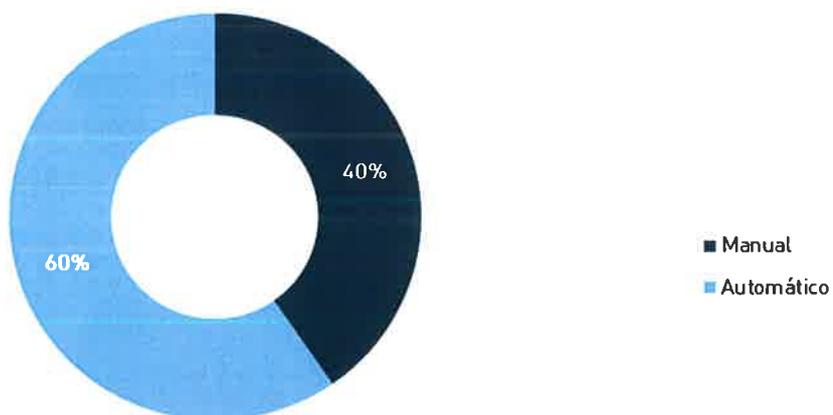
Parte significativa da receita resulta da venda em MVA instaladas na rede MP (42,4%) que, no exercício de 2017, regista um crescimento de aproximadamente 12% relativamente a 2016.

O canal de revendedores Pagaqui surge igualmente com uma quota considerável de carregamentos na ordem dos 32%.



Da análise do total de carregamentos de títulos de transporte Andante, efetuados durante o ano de 2017, resulta que a sua maioria é realizada nos canais de venda automática, ou seja, nas Máquinas de Venda Automática e nas Caixas Multibanco, tal como se pode observar no gráfico seguinte.

Os canais de venda manual englobam as lojas Andante, revendedores, agentes Pagaqui e terminais dos operadores privados.



Os carregamentos de assinaturas efetuados durante o ano de 2017 (1.857 mil), as respetivas validações (105,98 milhões) e a receita correspondente (52,54 milhões de euros), permitem constatar que os clientes de assinatura pagaram, em média, 0,50 euros por cada validação (inferior em 1,56% relativamente a 2016) e efetuaram, em média, 57,09 validações por mês, valor inferior em 2,87% face ao mesmo período do ano anterior.

As assinaturas normais representaram 769 mil carregamentos e 42,18 milhões de validações, às quais corresponde uma receita de 25,42 milhões de euros, apresentando uma receita média de 0,60 euros por cada validação (inferior em 3,94% relativamente a 2016) e um número médio mensal de 54,88 validações, inferior em 4,43% face ao ano anterior.

Relativamente aos títulos de viagem Andante, do total de carregamentos efetuados (29,39 milhões), das respetivas validações (36,72 milhões) e da receita correspondente (38,67 milhões de euros), conclui-se que os portadores destes títulos pagaram, em média, 1,05 euros por cada validação (mais 2,56% do que em 2016) e efetuaram, em média, 1,25 validações, representando uma diminuição de 3,39% face ao período homólogo do ano anterior.

#### 4.4. Comunicação com o cliente

O exercício de 2017 fica definitivamente assinalado pelo lançamento da nova imagem andante associada à inserção de um prazo de validade nos cartões, de 1 ano para o cartão em papel e de 5 anos para o cartão em PVC.

A nova imagem Andante foi lançada no dia 13 de janeiro na estação da CP da Trofa numa cerimónia que contou com a presença de diversas entidades dos mais variados quadrantes, entre Área Metropolitana do Porto, Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, Operadores de Transporte, Comunicação Social nacional e local, vencedora do concurso de ideias, entre outros.

A campanha de troca gratuita de cartões teve início a 16 de janeiro de 2017 tendo terminado a 16 de julho, no caso dos cartões em papel, e a 18 de janeiro de 2018, no caso dos cartões em PVC.

2017 foi também palco da evolução de um ambicioso projeto de bilhética desmaterializada denominado **anda** suportado nos dispositivos de comunicação móvel com sistema operativo Android. Decorreram ao longo do ano um conjunto intensivo de testes envolvendo a utilização do sistema numa sub-rede do SIA por cerca de 90 clientes o que permitiu validar o conceito e as tecnologias envolvidas, assim como desenvolver as componentes previstas e confirmar a atratividade da solução por parte dos utilizadores. Através deste novo sistema de bilhética o cliente apenas necessita de efetuar a validação no momento do embarque sendo

automaticamente detetado o local de saída. Irá permitir igualmente que o pagamento ocorra posteriormente à realização das viagens, através de um cálculo automático, com um ciclo mensal, que permita minimizar os custos tarifários para o cliente.

Os desenvolvimentos efetuados nos últimos meses de 2017 permitem antever a possibilidade de colocar em serviço comercial o projeto anda em maio de 2018.

Foi igualmente concluído o processo de emissão de faturas online através do site [www.linhandante.com](http://www.linhandante.com) o que veio permitir aos clientes o acesso a uma fatura simplificada sem que fosse necessária a deslocação a uma Loja Andante, no caso de a compra ter sido efetuada numa MVA.

No caso da SIBS, em setembro de 2017, a fatura passou a ser emitida na altura do carregamento.

O Andante manteve, como habitualmente, a sua parceria com a Universidade do Porto, quer na divulgação da Mostra da Universidade Júnior, realizada de 20 a 23 de abril no Pavilhão Rosa Mota, quer no apoio à identificação do melhor percurso ao menor custo para as deslocações no contexto das atividades dos vários cursos realizados em julho.

A participação nos principais eventos da cidade continuou a merecer a atenção do TIP quer pela utilidade que representa para os clientes poderem dispor do produto onde precisam quer pela massificação do conceito e da marca dinamizando e promovendo a utilização do transporte público.

Assim, de 8 a 10 de junho o Andante e os Transportes Públicos do Porto voltaram a associar-se ao NOS Primavera Sound com diversas alternativas de mobilidade, rápidas, cómodas e seguras, de e para o Parque da Cidade.

Nos meses de setembro e outubro, a campanha "Regresso às Aulas 2017", marcou a comunicação com os clientes, incentivando à renovação de perfil atempada promovendo a redução das filas de espera.

Neste âmbito, para além da divulgação nos meios habituais, o Andante marcou presença em diversas faculdades, de 11 a 15 de setembro, possibilitando aos estudantes a renovação de perfil nesses mesmos locais, designadamente, Faculdade de Ciências, Faculdade de Letras e Faculdade de Engenharia.

Mantiveram-se em 2017 os acordos estabelecidos com diversas empresas concedendo descontos especiais na aquisição, pela respetiva empresa, de títulos de Assinatura anual para o seu efetivo e agregado familiar, estando em análise com a Tutela setorial a possibilidade de dinamização deste produto.

A página Andante no Facebook, afirma-se como um excelente canal de comunicação, permitindo a promoção da marca, o esclarecimento, num curto espaço de tempo, das mais diversas questões e funcionando também como um importante veículo de informação, divulgação e promoção da intermodalidade.

#### 4.4.1. Call Center

Em 2017, a Linhandante rececionou aproximadamente 48 mil chamadas de clientes ou Lojas Andante, verificando-se um aumento de cerca de 7 mil chamadas em relação ao ano anterior.

A Linhandante registou mais de 11.000 cartões Andante em PVC perdidos e respondeu ainda a cerca de 2.300 pedidos de informação e de emissão de faturas, número que apresenta um aumento significativo relativamente a 2016 (1.000 pedidos).

Foram ainda registadas 1.896 avarias e situações problemáticas em todo o sistema intermodal, nomeadamente de MVA, Postos de Venda Assistida (PVA) e validadores, as quais foram devidamente encaminhadas para os prestadores de serviço de manutenção.

Em junho de 2017 foram encerrados os fundos de maneo utilizados pelo TIP para devolução de valores reclamados, retidos nas MVA, sendo os mesmos devolvidos aos clientes, através das Lojas Andante.

#### 4.4.2. Tratamento de Reclamações

O volume de reclamações recebidas em 2017 (7.474) registou um decréscimo de 4,38% face a 2016 (7.816).

Do total das reclamações registadas, cerca de 61% referem-se a questões relacionadas com as MVA, percentagem que reflete um aumento expressivo relativamente ao período homólogo do ano anterior (32%).

O crescimento do número de reclamações relativas ao funcionamento do sistema de bilhética em geral e das MVA em particular é, em grande parte, reflexo do envelhecimento do parque de equipamentos.

Neste quadro, durante o exercício de 2017 deu-se continuidade aos investimentos no parque de bilhética, já iniciados em 2016, tendo sido intensificadas as reparações e a renovação de algumas peças e componentes, visando a redução do número de avarias e consequente melhoria no seu funcionamento, melhorando assim a relação com o cliente e a sua experiência de utilização dos referidos equipamentos. Como resultado destas intervenções registou-se uma redução nas reclamações associadas ao pagamento de Vales Numerário, de cerca de 260 em 2016 para cerca de 200 em 2017 e uma redução do tempo médio de resposta aos pedidos de pagamento apresentados pelos clientes, que evoluiu de 63 dias em 2016 para 33 dias em 2017. Tendo presente que estes valores referidos não são tidos como satisfatórios, este esforço irá continuar em termos de investimento e melhoria dos processos de tratamento da informação.

Desde julho o TIP tem vindo a ser distinguido pelo Portal da Queixa, estando o Andante a atingir elevados índices de satisfação.

Este Índice tem por base o cálculo da interação da marca com o consumidor através dos parâmetros tempo médio de resposta, taxa de resposta, taxa de solução (reclamações resolvidas) e *feedback* dos clientes. Trata-se de um canal isento e de referência na internet, para a partilha de experiências, soluções e informação em matéria de consumo.

## 5. Auditorias à Atividade do TIP

### 5.1. Inspeção Geral de Finanças

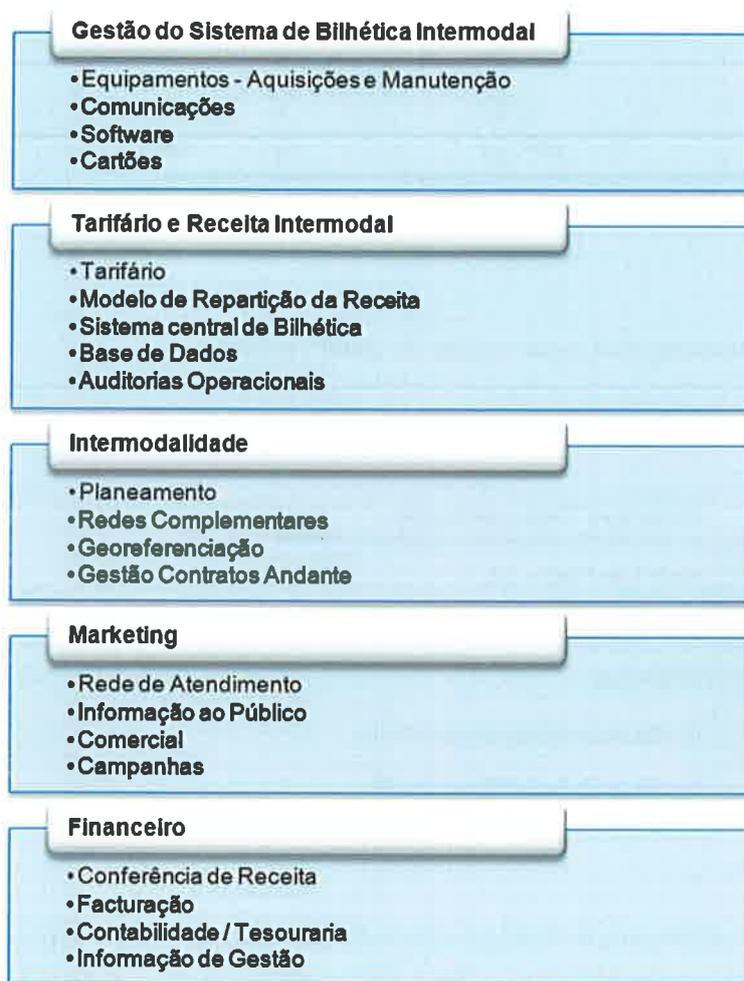
Conforme ofício 2017/217/A3/844 enviado pela Inspeção Geral de Finanças (IGF), foi realizada uma auditoria financeira, a qual tem como objetivo principal analisar a conformidade do método de cálculo da compensação financeira objeto do Acordo para a implementação do tarifário social no Sistema Intermodal Andante, assim como proceder à certificação da mesma para o exercício de 2016.

O TIP encontra-se a aguardar o respetivo relatório de auditoria.

## 6. O TIP e os seus Colaboradores

### 6.1. Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional deste agrupamento reflete a sua organização por processos, tendo a estrutura atual sido aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada a 13 de dezembro de 2010.



## 6.2. Recursos Humanos

Nos termos do Despacho Conjunto dos Ministérios das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e Habitação de 20 de dezembro de 2002, o TIP não dispõe de quadro de pessoal próprio, sendo a disponibilização dos seus recursos humanos, bem como do Administrador Delegado, responsável pela gestão corrente do ACE, assegurada pelas Agrupadas.

Colaboradores / Empresa	2015	2016	2017
MP	7	7	8
STCP	2	3	4
CP	2	1	1
	11	11	13

A composição do Conselho de Administração é a que consta do quadro abaixo:

### Mandato 2016-2018

Cargo	Empresa Representada
Presidente	Metro do Porto, SA
Vogal	CP - Comboios de Portugal, EPE
Vogal	STCP, SA
Vogal	Eleito pela Assembleia Geral
Administrador Delegado	Eleito pela Assembleia Geral

Verificou-se no exercício de 2017 a permanência a tempo inteiro de um colaborador cedido pela agrupada MP anteriormente a tempo parcial e de um colaborador cedido a tempo inteiro pela agrupada STCP.

## 7. O TIP e as suas Agrupadas

### 7.1. Estrutura Societária

O TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE é um agrupamento complementar de empresas, constituído a 20 de dezembro de 2002, pelos operadores de capitais públicos: Metro do Porto, SA (MP), Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, SA (STCP) e Comboios de Portugal, EPE. (CP).

Não se registaram alterações no capital social do Agrupamento de 30.000 euros (trinta mil euros), mantendo-se a estrutura societária inicial, continuando o TIP a ser detido equitativamente pelas suas três agrupadas.

Empresa	% Capital
Comboios de Portugal, EPE	33,3%
Metro do Porto, S.A.	33,3%
Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, SA	33,3%

### 7.2. Composição dos Órgãos Sociais

#### Mesa da Assembleia Geral

A composição da Mesa da Assembleia Geral, para o mandato 2016-2018, foi aprovada em reunião deste órgão de 8 de fevereiro de 2016.

#### Mandato 2016 - 2018

Cargo	Nome
Presidente	Jorge Miguel Osório de Castro Ribeiro Pinheiro de Magalhães
Vice - Presidente	Fernando Manuel Moreira
Secretário	Carlos Paulo Rocha de Sousa Santos Correia

As competências da Assembleia Geral do TIP encontram-se definidas no ponto 8 do Artigo 8º dos seus Estatutos. São da competência da Assembleia Geral, além das previstas na lei, as matérias seguintes:

- Alteração dos Estatutos;
- Aprovação do relatório anual de gestão e contas do exercício;
- Entrada de novos membros para o Agrupamento, bem como consentimento à cessão da participação de qualquer membro no Agrupamento;
- Exclusão de qualquer membro;
- Dissolução do Agrupamento e aprovação das contas de liquidação;
- Quaisquer atos que não sejam da competência exclusiva do Conselho de Administração, ou que lhe sejam submetidos por este, ou que as Agrupadas decidam incluir na sua esfera de competência ou submeter, caso a caso, à deliberação da Assembleia.

### Conselho de Administração

Cada entidade agrupada tem o direito de designar um administrador para o Conselho de Administração, sendo os restantes dois eleitos em Assembleia Geral que designará o Presidente. A eleição do Conselho de Administração para o triénio 2016-2018 foi aprovada em reunião de Assembleia Geral de 08 de fevereiro de 2016.

#### Mandato 2016 - 2018

Cargo	Nome	Empresa Representada
Presidente	Jorge Moreno Delgado	Metro do Porto, SA
Vogal	Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	CP - Comboios de Portugal, EPE
Vogal	Pedro José Ferreira Morais	STCP, SA
Vogal	Maria João Ferreira da Silva Santos	Eleito pela Assembleia Geral
Administrador Delegado	João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana	Eleito pela Assembleia Geral

A 14 de setembro de 2017, em reunião do Conselho de Administração do TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE, foi cooptado o Vogal do Conselho de Administração indicado pela Agrupada CP, na sequência da renúncia apresentada pelo Senhor Eng. Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró.

A composição do Conselho de Administração passou a ser a seguinte:

#### Mandato 2016-2018

Cargo	Nome	Empresa Representada
Presidente	Jorge Moreno Delgado	Metro do Porto, SA
Vogal	José Manuel Rodrigues Gaspar	CP - Comboios de Portugal, EPE
Vogal	Pedro José Ferreira Morais	STCP, SA
Vogal	Maria João Ferreira da Silva Santos	Eleito pela Assembleia Geral
Administrador Delegado	João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana	Eleito pela Assembleia Geral

Nos termos do Artigo 9º ponto 4 dos Estatutos do TIP, *“compete ao Conselho de Administração, sem prejuízo das demais competências que a lei ou os presentes Estatutos lhe conferem, a definição da estratégia e as políticas a seguir pelo Agrupamento, bem como a prática de quaisquer atos tendentes à realização do objeto do Agrupamento.”*

Nos termos do número 5 do mesmo artigo, a gestão corrente da sociedade encontra-se delegada num administrador – Administrador Delegado – no respeito dos limites fixados pelo Conselho de Administração exarados no ponto 3 b), da Ata nº 117, de 29 de fevereiro 2016.

#### Fiscal Único

Nos termos do Artigo 12º ponto 3 dos Estatutos do TIP, *“o Agrupamento terá um Fiscal Único, a designar pela Assembleia Geral, por um período de três anos, que deverá ser um Revisor Oficial de Contas ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com as funções de fiscalizar a gestão e dar parecer sobre as contas e as demais previstas na lei relativamente às sociedades anónimas”.*

A eleição do Fiscal Único para o triénio 2016-2018 foi aprovada em reunião de Assembleia Geral de 30 de março de 2016 sendo as funções exercidas pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas António Magalhães & Carlos Santos, SROC, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº53 e registada na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários com o nº 20161396, representada pelo Senhor Dr. Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos, Revisor Oficial de Contas nº1314.

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas António Magalhães & Carlos Santos presta serviços de ROC no TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE desde o exercício económico de 2003. Até ao ano de 2012 a SROC foi representada pelo sócio Carlos Alberto Freitas dos Santos (ROC n.º 177), passando a ser representada pelo sócio Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos (ROC n.º 1314), desde o exercício de 2013.

### 7.3. Modelo de Governo do TIP

O modelo de governo do ACE encontra-se detalhado no Relatório de Governo Societário.

## 8. Obrigações de Reporte enquanto Membro do Setor Empresarial do Estado

A informação constante do presente capítulo foi elaborada em cumprimento pela legislação aplicável, nomeadamente o Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, que aprovou o novo Regime Jurídico do Setor Empresarial do Estado e dando cumprimento às orientações recebidas através do ofício-circular nº 588 de 7 de fevereiro de 2018 da Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

### 8.1) Objetivos de Gestão e Plano de Atividades de Orçamento

Não foram definidos objetivos de gestão pelas Agrupadas para o ano de 2017.

O Plano de Atividades foi aprovado pela Assembleia Geral na sua reunião de 30 de março de 2017 apresentando a tabela seguinte a execução financeira do Plano de Atividades e Orçamento para 2017:

INDICADORES	31/12/2016	31/12/2017	Δ 16/17	Orçamento 2017	% Execução
Colaboradores em Funções no TIP	11	13	18,2%	13	100,0%
Administrador Delegado	1	1	0,0%	1	100,0%
Cedidos pelas Agrupadas	10	12	20,0%	12	100,0%
Custos Operacionais (sem amortizações)	4 434 154	5 602 126	26,3%	5 150 749	108,8%
Volume de Negócios	6 262 233	6 684 974	6,8%	6 558 853	101,9%
Resultado Líquido Exercício	1 187 339	709 599	-40,2%	725 919	97,8%
EBITDA	1 922 321	1 459 838	-24,1%	1 521 703	95,9%
Investimento	363 157	1 815 154	399,8%	2 080 000	87,3%

### 8.2) Gestão do Risco Financeiro

A tabela seguinte apresenta a evolução dos encargos financeiros e da taxa média de financiamento nos últimos cinco anos:

Anos	2013	2014	2015	2016	2017
Encargos Financeiros (€)	31 870,39	23 114,82	12 105,93	3 156,00	n.a.
Taxa Média de Financiamento (%)	1,59%	1,66%	1,57%	2,11%	n.a.

Refira-se que durante o ano de 2016, ocorreu o término do contrato de leasing com a Caixa Leasing e Factoring, contratado em 2009 para financiamento da aquisição de equipamentos de bilhética. No exercício de 2017, a empresa não deve qualquer montante relativo a passivo remunerado.

### 8.3) Limite de Crescimento do Endividamento

A tabela seguinte apresenta a evolução do passivo remunerado:

Passivo Remunerado (€)	2013	2014	2015	2016	2017	Δ 16/17	
						Valor	%
Financiamentos Obtidos	1 624 160,85	1 005 811,34	377 997,84	0,00	0,00	0,00	
... dos quais concedidos pela DGTf	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Aumentos de Capital por dotação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Aumentos de Capital por conversão de créditos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Endividamento Ajustado	1 624 160,85	1 005 811,34	377 997,84	0,00	0,00	0,00	

À data de 31 de dezembro de 2017, a empresa não detinha qualquer montante relativo a passivo remunerado.

### 8.4) Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores e Pagamentos em Atraso

A Evolução do Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores, em conformidade com a RCM nº 34/2008, de 22 de fevereiro, alterada pelo Despacho nº 9870/2009, de 13 de abril, e divulgação nos atrasos nos pagamentos ("arrears"), conforme definido no Decreto-Lei nº 65 - A / 2011, de 17 de maio, encontra-se descrita nas tabelas seguintes.

PMP	2016	2017	Δ 16/17
Prazo (dias)	203	135	-33,50%

Dívidas Vencidas (€)	Dívidas vencidas de acordo com o Art. 1º DL 65 - A / 2011				
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aquisição de Bens e Serviços	18 770 133	52 418	108 396	139 885	26 528
Aquisições de Capital	123 062	0	0	0	0
Total	18 893 195	52 418	108 396	139 885	26 528

### 8.5) Recomendações aquando da Aprovação das Contas de 2016

Não foi emitida qualquer recomendação do acionista aquando da aprovação das contas do TIP referente ao exercício de 2016.

## 8.6) Remunerações

### Mesa da Assembleia Geral

Os membros da Assembleia Geral não auferem qualquer remuneração.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2017 (€)			Valor Final (4)=(1)-(2)+(3)
				Bruto (1)	Reduções Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	
2016 - 2018	Presidente	Jorge Miguel Osório de Castro Ribeiro Pinheiro de Magalhães	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
2016 - 2018	Vice-Presidente	Fernando Manuel Moreira	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
2016 - 2018	Secretário	Carlos Paulo Rocha de Sousa Santos Correia	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.

### Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração não auferem qualquer remuneração em virtude de serem remunerados pelas suas empresas de origem. O montante anual da remuneração auferida pelo Administrador Delegado é apresentado nos quadros seguintes:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO (1)			Nº Mandatos
			Forma	Data	Sim / Não	Entidade Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2016 - 2018	Presidente	Jorge Moreno Delgado	AG	08/02/2016	n. a.	n. a.	n. a.	1
2016 - 2018	Vogal	Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró (*)	AG	08/02/2016	n. a.	n. a.	n. a.	2
2017 - 2018	Vogal	José Manuel Rodrigues Gaspar (**)	AG	14/09/2017	n. a.	n. a.	n. a.	1
2016 - 2018	Vogal	Pedro José Ferreira Morais	AG	08/02/2016	n. a.	n. a.	n. a.	1
2016 - 2018	Vogal	Maria João Ferreira da Silva Santos	AG	08/02/2016	n. a.	n. a.	n. a.	2
2016 - 2018	Administrador Delegado	João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana	AG	08/02/2016	n. a.	n. a.	n. a.	1

(1) Opção pela remuneração do lugar de origem - previsto no n.º 6 do artigo 26.º do EGP ; entidade pagadora (O Origem / D Destino)

(\*) Renunciou ao cargo em 30 de junho de 2017

(\*\*) Cooptado vogal na reunião de CA de 14 de setembro de 2017

Membro do CA [Nome]	Acumulação de Funções		
	Entidade [Identificar]	Função [Identificar]	Regime [Público/Privado]
Jorge Moreno Delgado	Metro do Porto, S.A.	Presidente	Público
	STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A.	Presidente	Público
Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró (*)	CP- Comboios de Portugal, E.P.E	Presidente	Público
José Manuel Rodrigues Gaspar (**)	CP- Comboios de Portugal, E.P.E	Assessor	Público
Pedro José Ferreira Morais	STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A.	Vogal	Público
Maria João Ferreira da Silva Santos	CP- Comboios de Portugal, E.P.E	Técnica Superior	Público
João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana	Metro do Porto, S.A.	Assessor	Público

(\*) Renunciou ao cargo em 30 de junho de 2017

(\*\*) cooptado na reunião do CA de 14 de setembro de 2017

Membro do CA	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração Mensal Bruta (€)	
(Nome)	(S/N)	(A/B/C)	Vencimento Mensal	Despesas Representação
Jorge Moreno Delgado	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró (*)	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
José Manuel Rodrigues Gaspar (**)	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Pedro José Ferreira Morais	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Maria João Ferreira da Silva Santos	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.

(\*) Renunciou ao cargo em 30 de junho de 2017

(\*\*) cooptado na reunião do CA de 14 de setembro de 2017

Membro do CA	Remuneração Anual 2017 (€)					
	Fixa	Variável	Valor Bruto	Reduções Remuneratórias	Reversões Remuneratórias	Valor Bruto Final
(Nome)	(1)	(2)	(3)=(1)+(2)	(4)	(5)	(6)=(3)-(4)+(5)
Jorge Moreno Delgado	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró (*)	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
José Manuel Rodrigues Gaspar (**)	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Pedro José Ferreira Morais	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Maria João Ferreira da Silva Santos	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana (***)	59 500,00	3 986,48	63 486,48	0,00	0,00	63 486,48

(1) O valor da remuneração fixa corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções / reversões remuneratórias)

(4) e (5) - reduções e reversões remuneratórias previstas no artigo 12º da Lei nº 12-A/2010 de 30 de junho, na Lei nº 75/2014 de 12 de setembro e na Lei nº 159-A/2015 de 30 de dezembro

(\*) Renunciou ao cargo em 30 de junho de 2017

(\*\*) cooptado na reunião do CA de 14 de setembro de 2017

(\*\*\*) Existe um contrato de prestação de serviços onde está prevista a afetação dos respetivos recursos humanos, todos remunerados pelas respetivas empresas de origem.

Membro do CA	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor / Dia	Montante Pago Anual	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
Jorge Moreno Delgado	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró (*)	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
José Manuel Rodrigues Gaspar (**)	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Pedro José Ferreira Morais	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Maria João Ferreira da Silva Santos	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana (***)	6,11	1 390,97	Segurança Social	14 849,95	1 064,67	0,00	Seguro ACT	418,15
		<b>1 390,97</b>		<b>14 849,95</b>	<b>1 064,67</b>	<b>0,00</b>	<b>Seguro ACT</b>	<b>418,15</b>

(\*) Renunciou ao cargo em 30 de junho de 2017

(\*\*) cooptado na reunião do CA de 14 de setembro de 2017

(\*\*\*) Existe um contrato de prestação de serviços onde está prevista a afetação dos respetivos recursos humanos, todos remunerados pelas respetivas empresas de origem.

Membro do CA	Encargos com Viaturas (€)							
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência de	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas
							(€)	(€)
Jorge Moreno Delgado	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	
Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró (*)	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	
José Manuel Rodrigues Gaspar (**)	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	
Pedro José Ferreira Morais	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	
Maria João Ferreira da Silva Santos	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	
João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana (***)	Sim	Sim	0,00	Reating	2 017	2 021	454,15	5 449,80

(1) Aquisição AD: Leasing ou outra

(\*) Renunciou ao cargo em 30 de junho de 2017

(\*\*) cooptado na reunião do CA de 14 de setembro de 2017

(\*\*\*) Existe um contrato de prestação de serviços onde está prevista a afetação dos respetivos recursos humanos, todos remunerados pelas respetivas empresas de origem.

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em serviço					Gasto total com viagens
	Deslocações em Serviço	Custos com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras		
				Identificar	Valor	
Jorge Moreno Delgado	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró (*)	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
José Manuel Rodrigues Gaspar (**)	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Pedro José Ferreira Morais	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Maria João Ferreira da Silva Santos	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana (***)	1 291,19	2 023,44	1 398,76	Releições	2 367,05	7 080,44
						7 080,44

(\*) Renunciou ao cargo em 30 de junho de 2017

(\*) cooptado na reunião do CA de 14 de setembro de 2017

(\*\*\*) Existe um contrato de prestação de serviços onde está prevista a afetação dos respetivos recursos humanos, todos remunerados pelas respetivas empresas de origem.

## Fiscal Único

O montante anual da remuneração auferida pelo Fiscal Único é apresentado nos quadros seguintes.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC / ROC			Designação			Nº de Anos de funções exercidas no grupo
		Nome	Nº Inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Forma (1)	Data	Contratada	
2016 - 2018	Vogal Eletivo	Sociedade de Revisores Oficiais de Contas António Magalhães & Carlos Santos, SROC, representada pelo Dr. Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos	SROC nº 53 ROC nº 1314	20161396	AG	30/03/2016	n. a.	n. a.

(1) Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime por Escrito (DUE) / Despacho (D)

Nome	Remuneração Anual 2017 (€)			
	Bruta	Redução Remuneratória	Reversão Remuneratória	Valor Final
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)+(3)
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas António Magalhães & Carlos Santos, SROC, representada pelo Dr. Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos	5 000,04	0,00	0,00	5 000,04
	5 000,04	0,00	0,00	5 000,04

## Auditor Externo

O montante anual da remuneração auferida pelo Auditor Externo é apresentado nos quadros seguintes.

Identificação do Auditor Externo (SROC / ROC)			Contratação		Remuneração Anual 2017 (€)			
Nome	Nº Inscrição na OROC	Nº Inscrição na CMVM	Data	Período	Valor da Prestação de Serviços (*)	Reduções Remuneratórias	Reversão Remuneratória	Valor após Reduções
					(1)	(2)	(3)	(4) = (1) - (2) + (3)
PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda	183	9 077	10/10/2016	Exercícios de 2016, 2017 e 2018	5 600,00	0,00	0,00	5 600,00

(\*) Valor anual

	PWC	Total	
Remuneração paga ao Auditor Externo	8 670,00	8 670,00	100,00%
Valor dos serviços de revisão de contas		0,00	
Valor dos serviços de consultoria fiscal		0,00	
Valor de outros serviços que não revisão de contas		0,00	
<b>Total pago pela empresa ao Auditor Externo</b>	<b>8 607,00</b>	<b>8 670,00</b>	<b>100,00%</b>

### Restantes Trabalhadores

O TIP não dispõe de quadro de pessoal próprio, sendo a disponibilização dos seus recursos humanos assegurada pelas Agrupadas.

### 8.7) Aplicação do Estatuto de Gestor Público

Não são utilizados cartões de crédito nem outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa.

Não foram reembolsadas a gestores públicos quaisquer despesas no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

O valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet é apresentado no quadro seguinte.

Membro do CA	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Jorge Moreno Delgado	n. a.	n. a.	n. a.
Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró (*)	n. a.	n. a.	n. a.
José Manuel Rodrigues Gaspar (**)	n. a.	n. a.	n. a.
Pedro José Ferreira Morais	n. a.	n. a.	n. a.
Maria João Ferreira da Silva Santos	n. a.	n. a.	n. a.
João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana	80,00	347,42	
		347,42	

(\*) Renunciou ao cargo em 30 de junho de 2017

(\*\*) cooptado na reunião do CA de 14 de setembro de 2017

O valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço é apresentado no quadro seguinte.

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			
		Combustível	Portagens	Total	Observações
Jorge Moreno Delgado	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró <sup>(*)</sup>	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
José Manuel Rodrigues Gaspar <sup>(**)</sup>	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Pedro José Ferreira Morais	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Maria João Ferreira da Silva Santos	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana	200,00	1 623,73	515,30	2 139,03	
				2 139,03	

(\*) Renunciou ao cargo em 30 de junho de 2017

(\*\*) cooptado na reunião do CA de 14 de setembro de 2017

### 8.8) Realização de despesas não documentadas ou confidenciais

Não foram realizadas quaisquer despesas não documentadas ou confidenciais.

### 8.9) Relatório anual sobre remunerações pagas a mulheres e homens

O TIP não dispõe de quadro de pessoal próprio nem processa remunerações.

### 8.10) Relatório anual sobre prevenção da corrupção

Não foram observadas ocorrências de factos de corrupção.

### 8.11) Aplicação das orientações relativas às normas de Contratação Pública

O TIP respeita as normas de contratação pública aquando do lançamento dos procedimentos concursais.

Procede-se ao lançamento de procedimentos públicos de aquisição, nos termos do artigo 11.º do Código dos Contratos Públicos, para os quais o Conselho de Administração identifica a sua necessidade, aprova o lançamento, as peças concursais e nomeia o júri respetivo.

A aquisição de bens de investimento e de bens e serviços é autorizada pelo Conselho de Administração com base em fundamentação técnico-jurídica, sendo posteriormente as respetivas adjudicações imperativamente autorizadas pelo Conselho de Administração.

Não existiram atos ou contratos celebrados de valor superior a 5 milhões de euros.

## 8.12) Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas

Não aplicável.

## 8.13) Medidas de redução de gastos operacionais

Não aplicável.

## 8.14) Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

O TIP, no quadro da respetiva gestão financeira, mantém as suas disponibilidades e aplicações junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E., nos termos do regime jurídico aplicável à tesouraria do Estado.

Pontualmente, resultado de particularidades técnicas do negócio e da indisponibilidade de serviços ou soluções por parte da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, o TIP tem necessidade de colocar, sem prejuízo de posterior consolidação de saldos, fundos fora da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E. Nesse sentido, e ao abrigo do disposto no número n.º 3 do Artigo 28.º do Decreto-Lei 133/2013, o TIP solicitou regime de exceção relativamente a essas situações pontuais. O Ofício n.º SGC – 18069 de 22 de Novembro de 2017 vem excecionar os valores movimentados através do serviço de recolha de valores e do serviço especial prestado pela SIBS.

Banca Comercial/IBAN	31/03/2017	30/06/2017	30/09/2017	31/12/2017
Millennium BCP 1	46 166,90	215 019,14	52 244,84	31 133,10
Millennium BCP 2	106 710,52	87 686,51	46 876,65	53 031,78
Millennium BCP 3	678 013,12	626 315,42	1 076 825,18	633 626,24
Banco Santander 1	395 878,13	110 353,85	140 288,95	591 437,86
Banco Santander 2	15 301,39	159 345,49	156 214,92	8 115,94
Caixa Geral de Depósitos	4 285,17	3 897,51	3 712,91	3 448,25
Banco BPI	89 188,58	87 267,17	107 273,27	70 528,97
<b>Total</b>	<b>1 335 543,81</b>	<b>1 289 885,09</b>	<b>1 583 436,72</b>	<b>1 391 322,14</b>
Juros auferidos	0,00	0,00	0,00	0,00

O montante que o TIP mantinha na banca comercial à data de 31-12-2017, corresponde, em grande medida, ao depósito de valores relativos ao serviço de recolha de valores e a terminais de pagamento automático (TPA) das máquinas de venda automática (MVA) e postos de venda assistida (PVA).

## 8.15) Divulgação das recomendações do Tribunal de contas nos últimos 3 anos

Não foi emitida qualquer recomendação às contas do TIP referente aos últimos 3 anos.

## 8.16) Divulgação de Informação

O TIP não divulga informação no sítio da internet do SEE (Portal da DGTF).

Toda a informação relevante sobre o governo do ACE e elementos de prestação de contas, bem como desempenho mensal do ACE em termos operacionais, é apresentada na página de internet em [www.linhandante.com](http://www.linhandante.com).

O TIP é um agrupamento complementar de empresas, pelo que o cumprimento das orientações legais, nomeadamente o que se refere à divulgação da informação no site do SEE, é efetuado pelas 3 agrupadas que o constituem.

O quadro seguinte sistematiza a informação quanto ao cumprimento das orientações legais.

Cumprimento das Orientações legais - 2017	Cumprimento S/N/N.A.	Quantificação/Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
Objectivos de Gestão	N.A.		Não foram definidos pelo accionista.
Metas a atingir constantes no PAO 2017	N.A.		Não foram definidos pelo accionista
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	N.A.		O TIP não carrega informação no SIGO/SOE
Gestão do Risco Financeiro	N.A.		O TIP não detem passivo remunerado
Limites de Crescimento do Endividamento	N.A.		O TIP não detem passivo remunerado
Evolução do PMP a fornecedores	N	Redução de 203 dias em 2016 para 135 dias em 2017	Ponto 8.4 do relatório
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	N.A.		Ponto 8.4 do relatório
Recomendações do acionista na última aprovação de contas	N.A.		Não foi emitida qualquer recomendação
Remunerações			
Não atribuição de prémios de gestão	S		Não foi atribuídos qualquer prémio de gestão
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2017	N.A.		Os membros do CA não auferem qualquer remuneração
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções remuneratórias vigentes em 2017 (se aplicável)	S		Ponto 8.6 do relatório
Auditor Externo - redução remuneratória vigentes em 2017 (se aplicável)	S		Ponto 8.6 do relatório
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 38º da Lei 87/2014, prorrogada para 2017 pelo artigo 19.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro.	N.A.		O TIP não dispõe de quadro de pessoal próprio
EGP - artigo 32º e 33.º do EGP			
Não utilização de cartões de crédito	S		Ponto 8.7 do relatório
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S		Ponto 8.7 do relatório
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S		Ponto 8.7 do relatório
Valor máximo de combustível e portagens afeito mensalmente às viaturas de serviço	S		Ponto 8.7 do relatório
Despesas não documentadas ou confidenciais- n.º 2 do artigo 16º do RUSPE e artigo 11.º do EGP			
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S		Ponto 8.8 do relatório
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	N.A.		O TIP não dispõe de quadro de pessoal próprio
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção	S	<a href="http://www.linhandante.com/prevCorrup.asp">http://www.linhandante.com/prevCorrup.asp</a>	
Contratação Pública			
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S		Ponto 8.11 do relatório
Aplicação das normas de contratação pública pelas partidpadas	N.A.		O TIP não tem empresas partidpadas
Contratos submetidos a visto prévio do TC	N.A.		Não existiram atos ou contratos celebrados de valor superior a 5 milhões de euros.
Auditorias do Tribunal de Contas	N.A.		O TIP não teve auditorias do Tribunal de contas em 2017
Parque Automóvel			
N.º de Viaturas	1	Viatura: 1 Viatura	
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	S		Ponto 8.13 do relatório
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)			
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGP	S	Saldo a 31/12/2017: 1.991.922,14 euros	Ponto 8.14 do relatório
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S	Saldo a 31/12/2017: 8.490.653,99 euros	Ponto 8.14 do relatório
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	N.A.		Não existem juros auferidos em incumprimento da UTE

## 9. Desempenho Económico e Financeiro

### *Introdução*

O TIP é um agrupamento que tem como objeto a gestão de um sistema de bilhética intermodal comum aos operadores de transporte aderentes ao SIA, três empresas agrupadas e oito operadores rodoviários privados.

É assim responsável, entre outras atividades, pela gestão da receita da venda de títulos e cartões intermodais, pelo processamento e repartição dessa receita, de acordo com o modelo de repartição aprovado, pela aquisição e exploração dos equipamentos intermodais e pela gestão do sistema de informação aos clientes. Complementarmente, assegura também a gestão dos equipamentos de bilhética monomodal das empresas agrupadas STCP e CP Porto.

Em termos de orientação económica e financeira, é reconhecido que o objetivo deste ACE não consiste na maximização dos seus resultados, mas antes corresponde à otimização da eficiência da rede comercial e do sistema de bilhética, na dupla perspetiva do cliente e das empresas agrupadas: a primeira visando facilitar o acesso ao transporte público e a segunda orientada para a redução dos custos de operação dos sistemas. Posiciona-se, assim, este agrupamento como uma entidade instrumental, sujeita a princípios de eficácia e de equilíbrio económico.

A principal fonte de receita do TIP consiste nas comissões cobradas aos operadores aderentes ao Sistema Intermodal Andante, apuradas em função do total de validações e da receita repartida, a que acresce o valor cobrado aos clientes pelos cartões vendidos.

## Situação Patrimonial

BALANÇO	2016	2017	Variação 2017/16
Ativos Fixos Tangíveis	1 260 438	1 315 273	4,35%
Ativos Intangíveis	33 151	1 081 215	3161,49%
Inventários	248 449	341 500	37,45%
Clientes	953 942	1 775 367	86,11%
Estado e outros entes públicos	116 795	107 337	-8,10%
Outros créditos a receber	1 609 463	3 206 903	99,25%
Diferimentos	20 832	19 127	-8,18%
Caixa e Depósitos Bancários	9 586 307	10 868 667	13,38%
<b>Ativo</b>	<b>13 829 377</b>	<b>18 715 389</b>	<b>35,33%</b>
Capital subscrito	30 000	30 000	0,00%
Resultados transitados	-1 841 046	-653 707	-64,49%
Subsídios ao investimento	18 539	984 549	5210,75%
Resultado líquido do período	1 187 339	709 599	-40,24%
<b>Capital Próprio</b>	<b>-605 169</b>	<b>1 070 440</b>	<b>-276,88%</b>
Fornecedores	2 618 278	849 106	-67,57%
Fornecedores de Investimentos	144 705	196 848	36,03%
Estado e outros entes públicos	15 735	153 984	878,64%
Outras dívidas a pagar	11 655 829	16 445 011	41,09%
<b>Passivo</b>	<b>14 434 546</b>	<b>17 644 949</b>	<b>22,24%</b>

Registou-se em 2017 um nível de investimento na ordem dos 1,8 milhões de euros (face a 363 milhares de euros no ano anterior), na sua maioria (cerca de 60%) referente ao projeto de bilhética desmaterializado, suportado nos dispositivos de comunicação móvel (*smartphones*) dos clientes, designado de Projeto **anda**. O valor restante é justificado, em grande medida, por investimentos de requalificação do parque de equipamentos de bilhética, com o intuito de garantir a sua disponibilidade e prolongar a vida útil dos mesmos.

Dado o considerável investimento realizado em 2017, regista-se um aumento do ativo não corrente de 85% face a 2016.

No que respeita ao ativo corrente, regista-se um aumento significativo das dívidas de clientes (86%), ascendendo estas a 1,8 milhões de euros, no final do exercício. Este valor resulta em grande medida dos saldos em aberto relativamente ao contrato de cedência de equipamentos de bilhética com a CP-Comboios de Portugal, E.P.E, cujo montante foi regularizado nas contas de fevereiro de 2018.

De registar um aumento da rubrica Outros Créditos a Receber, na ordem dos 99% face ao ano transato, para um total no final do exercício de 3,2 milhões de euros. Este acréscimo resulta sobretudo da contabilização de 1,8 milhões de euros, valor que corresponde a receita intermodal em trânsito à data de 31 de dezembro de 2017, e que ainda não tinha sido transferidos para as

contas bancárias do TIP. Importa salientar, que a contabilização de receita em trânsito foi efetuada pela 1ª vez no exercício de 2017, pelo que o valor contabilizado nesta rubrica em 2017 não é diretamente comparável com o contabilizado em 2016.

Os valores a receber do Estado, 107 milhares de euros, são na quase totalidade referentes a verbas de IVA a recuperar.

A rubrica “caixa” inclui receita em trânsito no valor de 630 mil euros, correspondente a valores de receita intermodal por transferir para as contas bancárias do TIP à data de 31 de dezembro de 2017. Importa salientar, que a contabilização de receita em trânsito foi efetuada pela 1ª vez no exercício de 2017, pelo que o valor contabilizado nesta rubrica em 2017 não é diretamente comparável com o contabilizado em 2016.

É importante sublinhar que o TIP atingiu no exercício de 2017 um valor positivo dos capitais próprios, em 1,1 milhões de euros. A melhoria desta rubrica resulta, quer do resultado líquido positivo verificado no exercício, quer do subsídio ao investimento recebido, este último decorrente do incentivo atribuído pelo Fundo Ambiental para o Projeto Piloto **anda**.

Ao nível do passivo corrente, destaca-se a rubrica Outras Dívidas a Pagar, maioritariamente composta por receita intermodal repartida e faturada ao TIP pelos operadores aderentes ao SIA, genericamente processada em data posterior ao fecho de cada mês. Nesta rubrica, importa salientar o reconhecimento de receita em trânsito no montante de 2,5 milhões de euros, efetuada pela 1ª vez no exercício de 2017, pelo que o valor contabilizado em 2017 não é diretamente comparável com o contabilizado em 2016.

De registar a diminuição de 67,6% das dívidas a fornecedores correntes e um aumento de 36,0% do valor em dívidas a fornecedores de investimentos, justificado essencialmente pelo saldo em aberto relativo ao contrato com a Novabase para o fornecimento de dispensadores de bilhetes para MVA. Este montante foi regularizado nas contas de fevereiro de 2018.

## Resultados

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	2016	2017	Varição 2017/16
CMVMC	-408 652	-722 453	76,79%
Fornecimentos e serviços externos	-3 412 456	-4 252 428	24,61%
Gastos com o pessoal	-613 046	-627 244	2,32%
Outros gastos e perdas	-175 516	-120 365	-31,42%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-579 997	-583 081	0,53%
Juros e gastos similares suportados	-154 888	-166 413	7,44%
Imposto sobre o rendimento do período	-98	-745	657,41%
<b>Gastos</b>	<b>-5 344 653</b>	<b>-6 472 730</b>	<b>21,11%</b>
Vendas e serviços prestados	6 262 233	6 684 974	6,75%
Outros rendimentos e ganhos	269 759	497 355	84,37%
<b>Rendimentos</b>	<b>6 531 992</b>	<b>7 182 329</b>	<b>9,96%</b>
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>1 187 339</b>	<b>709 599</b>	<b>-40,24%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>1 922 321</b>	<b>1 459 838</b>	<b>-24,06%</b>

[valores expressos em euros]

Em 2017, o EBITDA e o Resultado Líquido registaram ambos um decréscimo relativamente ao ano anterior, o primeiro em cerca de 24% para o valor de 1,5 milhões de euros e o segundo em 40%, para o valor de 710 mil de euros. A explicitação destas variações decorre fundamentalmente das variações apresentadas nos parágrafos seguintes.

Sublinha-se a subida de 6,8% das vendas e serviços prestados, para o que contribuiu o aumento de 17,5 % nas vendas de títulos de transporte e mapas (cerca de 285 mil euros) e sobretudo o aumento significativo da rubrica outros rendimentos e ganhos (228 mil euros face a 2016).

Este último decorre, por um lado, do desconhecimento no balanço do passivo relativo aos talões “Vale Numerário” expirados e não descontados e, por outro, da alienação de equipamentos motivada pela transferência da propriedade dos equipamentos de bilhética instalados na área monomodal CP.

De referir também o acréscimo, em termos agregados, de 24,6% na rubrica de fornecimento e serviços externos. Os serviços que mais contribuíram para este aumento, dizem respeito a trabalhos realizados pelas agrupadas STCP e Metro do Porto: a contabilização do contrato de prestação de serviços administrativos da Loja da Mobilidade do Hospital de São João, com a STCP, referente ao período compreendido entre abril de 2013 a fevereiro de 2015 e a contabilização da cedência de um colaborador da Metro do Porto, a tempo parcial, desde julho de 2017.

	2016	2017	Varição 2017/16
Custos Operacionais	4 609 670	5 722 491	24,14%
Receitas Operacionais	6 262 233	6 684 974	6,75%
<b>Grau de Cobertura Operacional</b>	<b>135,85%</b>	<b>116,82%</b>	<b>-19.03 p.p.</b>

[valores expressos em euros]

O grau de cobertura operacional registou uma variação negativa face a 2016 de 19 p.p. Este indicador traduz a cobertura dos custos operacionais sem amortizações pelas receitas diretamente relacionados com a atividade operacional do TIP.

## 9.1. Gestão de riscos

### Risco Liquidez

O risco de liquidez resulta de um passivo corrente superior ao ativo corrente. O TIP faz uma gestão de recebimentos e pagamentos, por forma a assegurar níveis adequados de liquidez.

Em 31 de dezembro de 2017 a diferença entre o passivo corrente e o ativo corrente era de 1,3 milhões de euros, no entanto o grau de liquidez imediata situou-se nos 1.11, o que traduz o facto de as responsabilidades de curto prazo poderem ser satisfeitas recorrendo às disponibilidades imediatas do TIP.

	2017	2016
Caixa e depósitos bancários	10.868.667	9.586.307
Receita em poder de terceiros	1.837.939	0
Operadores conta corrente	600.389	563.028
<b>(1) Disponibilidades</b>	<b>13.306.995</b>	<b>10.149.335</b>
Fornecedores	849.106	2.618.278
Fornecedores de investimentos	196.848	144.705
Estado e outros entes públicos	153.984	15.735
Credores diversos	10.216.820	8.447.544
Remunerações	73.074	66.859
Outros	450.459	189.521
<b>(2) Passivo de curto prazo</b>	<b>11.940.291</b>	<b>11.482.641</b>
<b>(3) = (1)/(2) Grau de Liq Imediata</b>	<b>1,11</b>	<b>0,88</b>

Não obstante, é expectativa da administração que seja mantido o suporte financeiro das agrupadas, que à data de 31 de dezembro de 2017 são credores de um passivo de curto prazo de 9,2 milhões de euros.

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Fornecedores	282.376	1.842.477
Créditos diversos	8.869.514	7.797.592
<b>Passivo curto prazo – Agrupados</b>	<b>9.151.890</b>	<b>9.640.069</b>
Fornecedores	566.730	775.801
Créditos diversos	2.221.671	1.066.771
<b>Passivo curto prazo – Outras Entidades</b>	<b>2.788.401</b>	<b>1.842.572</b>
<b>Total do Passivo curto prazo</b>	<b>11.940.291</b>	<b>11.482.641</b>

## 9.2. Eventos Subsequentes

Nada a referir.

## 9.3. Proposta de Aplicação dos Resultados

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido apurado no exercício, no valor de 709.598,79 euros (setecentos e nove mil, quinhentos e noventa e oito euros e setenta e nove cêntimos), seja integralmente transferido para a conta de Resultados Transitados.

Porto, 26 de março de 2018

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente:



Vogais:



Maria Inês Ferreira da Silva Juntas

L. 118

Tranquilamente

## PERSPETIVAS PARA 2018



Tal como se encontra mais detalhadamente descrito no Plano de Atividades e Orçamento para 2018, prevê-se que neste ano venham a ocorrer um conjunto de intervenções que exigirão um esforço particularmente intenso quer na concretização das tarefas em curso, quer no lançamento de novas iniciativas que se consideram fundamentais para relançar a atividade do TIP, mantendo sempre o seu foco no aumento da procura de transporte público.

Os principais projetos e atividades em curso ou em fase de concretização são os que se indicam nos pontos seguintes.

### A. Novo Sistema de Bilhética Desmaterializada

O sistema de bilhética em serviço no SIA, suportado exclusivamente em tecnologia sem contacto, representou, em 2003, uma inovação particularmente relevante de escala internacional. Porém, a sua relativa complexidade e as evoluções tecnológicas mais recentes, tornam oportuno o desenvolvimento de um projeto ambicioso, que permita um salto qualitativo em matéria de facilidade de utilização do sistema de transporte público.

Designado por **anda**, este projeto corresponde a um novo conceito de bilhética desmaterializada, suportado nos dispositivos de comunicação móvel (*smartphones*) dos clientes, visando implementar um sistema do tipo check-in, be-out [CIBO], ou seja, em que o cliente apenas necessita de efetuar a validação no momento do embarque sendo automaticamente detetado o local de saída. Este projeto integra igualmente um mecanismo de otimização do valor a pagar pelo cliente, com pagamento mensal postecipado, no qual é aplicado um algoritmo que identifica o conjunto das tarifas necessárias para cobrir as viagens efetuadas pelo utilizador minimizando o custo a suportar por este.

Iniciado em 2016 e desenvolvido sobretudo no ano seguinte, este ambicioso projeto conta com um apoio financeiro do Fundo Ambiental de 990.000 €, tendo vindo a ser desenvolvido e testado por um conjunto restrito de clientes. Está atualmente na sua fase final de implementação, devendo entrar em serviço em toda a rede do SIA no primeiro semestre de 2018.

### B. Alargamento do Sistema Intermodal Andante

A AMP realizou em 2017 um estudo de revisão do zonamento do SIA, prevendo o seu alargamento aos restantes concelhos da área metropolitana, o qual foi oportunamente aprovado na generalidade por esta autoridade de transportes, existindo ainda alguma latitude relativamente à definição rigorosa dos limites de cada uma das zonas previstas.

Na sequência do processo de revisão do zonamento do SIA e das interações ocorridas quer com os operadores de transporte quer com os municípios integrantes da AMP, deverá continuar a

registar-se o alargamento da rede do SIA, incrementando quer a quantidade de linhas integradas quer o território coberto.

### C. Transferência dos Equipamentos de Bilhética para os Operadores

O primeiro passo desta reorientação ocorreu já em novembro de 2017, com a transferência da propriedade e gestão dos equipamentos instalados na zona monomodal da CP para esta agrupada. As fases seguintes corresponderão a realizar idêntico processo relativamente à MP (associada ao facto de o contrato de operação do Metro Ligeiro integrar no seu perímetro de responsabilidades a conservação e manutenção dos equipamentos de bilhética) e à STCP, a que se deverão seguir processos análogos para os equipamentos instalados nos operadores privados e na área intermodal da CP.

### D. Renovação do Processo de Habilitação dos Beneficiários dos Tarifários Sociais

Pretende-se com este projeto disponibilizar ao cliente a possibilidade de poder efetuar a sua habilitação aos tarifários através da submissão *on-line* dos elementos necessários para demonstração que preenche as condições de acesso à modalidade do tarifário social pretendida.

A concretização desta iniciativa será particularmente relevante para melhorar a qualidade do serviço prestado aos clientes, em particular nos períodos de maior afluência, e reduzir os custos com atendimento, o arquivo e a conferência documental.

A colocação em serviço deste novo método complementar de habilitação dos clientes aos tarifários sociais será integrada no Portal do Cliente do site do TIP que se refere no ponto seguinte.

### E. Novo Site do TIP

Este projeto, para além de proporcionar aos clientes maior atratividade, facilidade de navegação e novas funcionalidades (e. g. inclusão de planeamento de viagens, mapas de rede, cálculo de tarifas), terá uma componente central constituída pelo Portal do Cliente, destinada a tirar partido do carácter *account based* do SIA. Assim, nesta área do site, os clientes irão poder gerir a sua conta, disponibilizando serviços como alteração de dados pessoais (morada, número do cartão utilizado) processos de habilitação a tarifários sociais, consulta de dados (deslocações, pagamentos, faturação), emissão de segundas vias de faturas e, futuramente, também a aquisição de títulos de transporte.

No que concerne à informação sobre a oferta de transporte (redes, horários, melhores ligações), este desenvolvimento deverá ser efetuado em estreita colaboração com a AMP por forma a

garantir a complementaridade e articulação dos sistemas de informação disponibilizados, procurando também minimizar os custos de investimento.

#### F. MaaS

Constatando-se que a eficácia no aumento da procura de transporte público está à disponibilidade de outras componentes de mobilidade que permitam que este seja uma alternativa eficaz à utilização de veículos privados nas áreas urbana foram desenvolvidos estudos preliminares, em conjunto com a AMP e com outras Comunidades Intermunicipais (CIM), com o intuito de poder vir a candidatar um projeto comum de MaaS ao POSEUR. A abordagem seguida prevê não apenas que cada uma das regiões coloque em serviço um projeto de MaaS mas também que seja estabelecido um sistema de *roaming* que permitirá aos clientes registados em cada uma das áreas utilizar os serviços disponíveis noutra região quando estiver presente nesta (e. g. cliente do sistema da AMP poder utilizar os serviços disponibilizados pela CIM do Cávado quando estiver em Braga).

Espera-se que durante o ano de 2018, caso venha a existir financiamento para desenvolver este projeto, este possa vir a dar os primeiros passos, estimando-se que a sua conclusão possa ocorrer no ano seguinte.

#### G. Requalificação dos Equipamentos de Bilhética

Têm vindo a ser executados nos últimos anos, um conjunto de investimentos no parque de equipamentos com o intuito de garantir a sua disponibilidade e prolongar a vida útil dos mesmos. Embora esteja em curso o processo de transferência dos equipamentos instalados nos operadores, continuarão a ser efetuados alguns investimentos por forma a evitar que exista uma descontinuidade que reduza os níveis de disponibilidade. Prevê-se em 2018 efetuar intervenções nas seguintes componentes do sistema:

- Concentradores de bordo e estação;
- Máquinas Portáteis de Fiscalização;
- Upgrade de Validadores Vivaldi;
- Outros investimentos de menor escala para substituição dos componentes que deixam de estar operacionais.

## H. Protocolos com a CARRIS e com a HF

Atendendo ao interesse mútuo da Horários do Funchal, SA (HF) e do TIP no desenvolvimento de soluções de bilhética desmaterializada e tendo presente a colaboração existente entre ambas as entidades desde 2008, foi outorgado Protocolo visando estabelecer uma parceria tecnológica para o desenvolvimento de uma solução desmaterializada, baseada em *smartphones Android™* e na emulação HCE dos cartões ANDANTE e GIRO. No quadro desta colaboração, será possível não só a partilha de experiências e conhecimentos, mas também uma partilha de custos de desenvolvimento.

Também com a CARRIS foi outorgado em 23 de junho de 2017 um Protocolo de Parceria Tecnológica para o Desenvolvimento de Soluções de Bilhética e SAE. No âmbito deste protocolo estão previstas duas ações específicas que deverão ocorrer em 2018:

- Realização de um projeto-piloto conjunto de uma arquitetura de bordo para os autocarros baseada em validadores de baixo custo (light, slave);
- Avaliação da capacidade de estender os conceitos associados ao projeto-piloto anda (CIBO, post-billing, spot-price) à rede da CARRIS.

Este processo poderá ser particularmente relevante não só para reduzir os investimentos que será necessário realizar nos sistemas de bilhética no médio prazo, mas também para permitir consolidar uma relação de parceira com os diversos operadores, a qual terá certamente impacto em matéria de conhecimento e eficiência.

## I. Conformidade dos processos com o novo Regulamento de Proteção de Dados

A publicação do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), cuja entrada em vigor ocorrerá a 25 de Maio de 2018, obrigará a alterações importantes no domínio dos mecanismos de recolha, tratamento, armazenamento e disponibilização de dados relativos a pessoas singulares.

Atendendo à muito grande quantidade de informação recolhida e armazenada no TIP e ao elevado nível de exigência colocado pelo regulamento comunitário, está em curso um projeto, desenvolvido em conjunto com a MP e a STCP, visando permitir, num curto espaço de tempo, efetuar as alterações exigidas por este normativo legal nas vertentes jurídica, procedimental e tecnológica.

## J. Consolidação do Sistema Central

As principais intervenções previstas para 2018 neste domínio são as seguintes:

- Upgrade do Computador Central de Bilhética (CCB);

- Aumento da capacidade de armazenamento do sistema central;
- Atualizar os relatórios da repartição de receita e atualizar a base de dados de suporte;
- Atualização da ferramenta PCGBi.

#### K. Conclusão do Processo de certificação das faturas

Sendo as MVA o único canal de vendas em que não é possível a emissão de faturas simplificadas, encontra-se já adjudicada esta prestação de serviço, estando prevista a conclusão do processo apenas no primeiro semestre de 2018.

#### L. Site Andante

O website [www.linhandante.com](http://www.linhandante.com), face visível do SIA, merecerá em 2018 especial destaque com o lançamento de uma nova versão, proporcionando aos clientes maior atratividade, fácil navegação e integrando também, progressivamente, novas funcionalidades (e. g. inclusão de planeamento de viagens e carregamento de títulos de transporte).

Este desenvolvimento deverá ser efetuado em estreita colaboração quer com a AMP quer com os operadores de transporte, por forma a garantir a complementaridade e articulação dos sistemas de informação disponibilizados, procurando também minimizar os custos de investimento.

Atenta a necessidade de diversificação dos canais de venda, o TIP irá prosseguir a sua aposta na procura e implementação de novas soluções de bilhética como os carregamentos por internet (via website), para além dos efetuados em *smartphone*.

## CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017

# Balanço a 31 de dezembro de 2017

## Balanço em 31 de dezembro de 2017

		Valores em Euros	
RUBRICAS	Notas	31/12/2017	31/12/2016
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	1 315 273	1 260 438
Ativos intangíveis	6	1 081 215	33 151
		<b>2 396 488</b>	<b>1 293 589</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	7	341 500	248 449
Clientes	8	1 775 367	953 942
Estado e outros entes públicos	9	107 337	116 795
Outros créditos a receber	10	3 206 903	1 609 463
Diferimentos	11	19 127	20 832
Caixa e depósitos bancários	4	10 868 667	9 586 307
		16 318 902	12 535 788
<b>Total do ativo</b>		<b>18 715 389</b>	<b>13 829 377</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital subscrito	12	30 000	30 000
Resultados transitados	12	(653 707)	(1 841 046)
Subsídios ao investimento	12	984 549	18 539
Resultado líquido do período	12	709 599	1 187 339
<b>Total do capital próprio</b>	12	<b>1 070 440</b>	<b>(605 169)</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	13	849 106	2 618 278
Fornecedores de investimentos	14	196 848	144 705
Estado e outros entes públicos	9	153 984	15 735
Outras dívidas a pagar	15	16 445 011	11 655 829
		<b>17 644 949</b>	<b>14 434 546</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>17 644 949</b>	<b>14 434 546</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>18 715 389</b>	<b>13 829 377</b>

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração




Maria João Fremeiro de Almeida

P. I. B.

Iratiemi Kanary <sup>54</sup>

## Demonstração dos Resultados por Naturezas dos períodos de 2017 e 2016

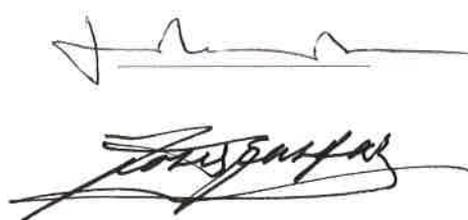
### Demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2017

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Valores em Euros	
		2017	2016
<b>Réditos</b>			
Vendas e serviços prestados	16	6 684 974	6 262 233
<b>Outros rendimentos</b>			
Trabalhos para a própria entidade	25	48 706	
Imparidade de dívidas a receber (reversões)	23		943
Imparidade de inventários (reversões)	24	24 098	
Outros rendimentos e ganhos	17	424 551	268 816
<b>Gastos e perdas</b>			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	18	(722 453)	(408 652)
Fornecimentos e serviços externos	19	(4 252 428)	(3 412 456)
Gastos com o pessoal	20	(627 244)	(613 046)
Imparidade de inventários (perdas)	24		(165 161)
Outros gastos e perdas	21	(120 365)	(10 355)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>1 459 838</b>	<b>1 922 321</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	(583 081)	(579 997)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>876 757</b>	<b>1 342 325</b>
Juros e gastos similares suportados	22	(166 413)	(154 888)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>710 344</b>	<b>1 187 437</b>
Imposto sobre o rendimento do período	9	(745)	(98)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>709 599</b>	<b>1 187 339</b>

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Maria Inês Ferreira do Rio Jaufo

P. A. S.

55

Ivan Simão

# Demonstração das alterações no Capital Próprio de 1 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2017

## Demonstração das alterações no capital próprio

Unidade: Euros

	Notas	Capital subscrito	Subsídios ao Investimento	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
Posição em 01-01-2016	1	30 000	36 194	-4 676 427	2 835 381	-1 774 852
<b>Alterações no Período:</b>						
Aplicação dos resultados				2 835 381	-2 835 381	0
Varição subsídios ao investimento			-17 655			-17 655
	2	0	-17 655	2 835 381	-2 835 381	-17 655
Resultado Líquido do Período	3				1 187 339	1 187 339
Resultado Integral	4 = 2 + 3					1 187 339
Capital próprio em 31-12-2016	6 12	30 000	18 539	-1 841 046	1 187 339	-605 169
<b>Alterações no Período:</b>						
Aplicação dos resultados				1 187 339	-1 187 339	0
Varição subsídios ao investimento			966 010			966 010
	7	0	966 010	1 187 339	-1 187 339	966 010
Resultado Líquido do Período - 2017	8				709 599	709 599
Resultado Integral - 2017	9 = 7 + 8					709 599
Capital próprio em 31-12-2017	10 12	30 000	984 549	-653 707	709 599	1 070 440

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Návia Inês Fernandes do Siqueira

Per IAS

Ivan Milharen

## Demonstração dos Fluxos de Caixa dos períodos de 2017 e 2016

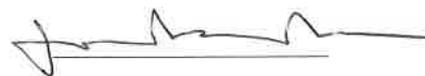
### Demonstração dos Fluxos de Caixa dos períodos de 2017 e 2016

RUBRICAS	Notas	Valores em Euros	
		2017	2016
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais:</b>			
Recebimentos de clientes		6 055 425	6 001 709
Pagamentos a fornecedores		(6 039 250)	(3 315 716)
Pagamentos ao pessoal		(621 355)	(617 734)
Caixa gerada pelas operações		(605 181)	2 068 259
Recebimento/ (pagamentos) do imposto sobre o rendimento		(98)	(29)
Outros recebimentos/pagamentos		(350 274)	/2 968
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		<b>(955 553)</b>	<b>2 141 198</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento:</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a :</b>			
Ativos fixos tangíveis		(293 451)	(671 685)
Ativos intangíveis		(1 000 461)	(32 145)
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		<b>(1 293 912)</b>	<b>(703 830)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento:</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Subsídios e Doações		982 028	0
Recebimentos a transferir para os operadores		95 044 363	87 108 250
<b>Pagamentos respeitantes a :</b>			
Financiamentos obtidos		0	(377 998)
Pagamentos efetuados aos operadores		(92 492 763)	(85 246 364)
Juros e gastos similares		(1 803)	(7 205)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		<b>3 531 826</b>	<b>1 476 683</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)</b>		<b>1 282 360</b>	<b>2 914 051</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	4	<b>9 586 307</b>	<b>6 672 256</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	4	<b>10 868 667</b>	<b>9 586 307</b>

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração




Naia pra Ferreira da Silva da Silva

57

Per 1. Ace

Ivan Simão

## Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados do período findo em 31 de dezembro de 2017

(valores expressos em euros)

### 1. INTRODUÇÃO

O TIP – Transportes Intermodais do Porto, A.C.E., com sede na Avenida Fernão de Magalhães, nº 1862 – 9º, 4350-158 Porto, foi constituído por escritura pública em 20 de Dezembro de 2002, consistindo a sua atividade principal na implementação e gestão de um sistema de bilhética de transporte intermodal na área metropolitana do Porto.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 26 de março de 2018. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Agrupamento, bem como a sua posição e performance financeira e os fluxos de caixa.

### 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### 2.1. Bases de preparação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as disposições do SNC, emitidas e em vigor à data de 31 de Dezembro de 2017, de acordo com o princípio do custo histórico, sendo supletivamente adotadas disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) e respetivas interpretações (SIC/IFRIC).

O princípio subjacente à elaboração das demonstrações financeiras foi o da continuidade das operações. Em 31 de dezembro de 2017 o fundo de maneio - diferença entre o passivo corrente e o ativo corrente - era negativo no montante de 1.326.047 euros (1.898.758 euros em 31 de dezembro de 2016), no entanto o grau de liquidez imediata situou-se nos 1.11 (0,88 em 31 de dezembro de 2016), o que traduz o facto de as responsabilidades de curto prazo poderem ser satisfeitas recorrendo às disponibilidades imediatas do TIP.

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Caixa e depósitos bancários	10.868.667	9.586.307
Receita em poder de terceiros	1.837.939	0
Operadores conta corrente	600.389	563.028
<b>(1) Disponibilidades</b>	<b>13.306.995</b>	<b>10.149.335</b>
Fornecedores (i)	849.106	2.618.278
Fornecedores de investimentos	196.848	144.705
Estado e outros entes públicos	153.984	15.735
Credores diversos (i)	10.216.820	8.447.544
Remunerações	73.074	66.859
Outros	450.459	189.521
<b>(2) Passivo de curto prazo</b>	<b>11.940.291</b>	<b>11.482.641</b>
<b>(3) = (1)/(2) Grau de Liq Imediata</b>	<b>1,11</b>	<b>0,88</b>

- (i) O passivo de curto prazo, incluindo o passivo relativo aos agrupados, está decomposto da seguinte forma:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Fornecedores	282.376	1.842.477
Créditos diversos	8.869.514	7.797.592
<b>Passivo curto prazo – Agrupados</b>	<b>9.151.890</b>	<b>9.640.069</b>
Fornecedores	566.730	775.801
Créditos diversos	2.221.671	1.066.771
<b>Passivo curto prazo – Outras Entidades</b>	<b>2.788.401</b>	<b>1.842.572</b>
<b>Total do Passivo curto prazo</b>	<b>11.940.291</b>	<b>11.482.641</b>

Conforme referido na nota 15 às contas, em 31 de dezembro de 2017 foram reconhecidos na rubrica de Receita a repartir 5 704 658 euros relativos à venda de títulos intermodais Andante, no entanto, de acordo com o Modelo de Repartição (procedimento que divide a receita intermodal pelos operadores aderentes), estes valores só serão processados em momento posterior ao da utilização da respetiva viagem. Assim, nos moldes definidos e uma vez que a aquisição de viagem ocorre necessariamente em momento anterior ao da sua utilização, poderá suceder um hiato temporal entre os valores reconhecidos na rubrica de Receita a repartir e a correspondente repartição pelos operadores aderentes. Tipicamente esse hiato temporal pode situar-se entre os 45 dias e os 2 anos, sendo também reconhecido na conta de receita a repartir um montante de 822 511 euros relativo a viagens não reclamadas, sem expectativa de repartição por impossibilidade técnica do modelo de repartição em vigor.

Não obstante, é expetativa da administração que seja mantido o suporte financeiro das agrupadas, que à data de 31 de dezembro de 2017 são credores de um passivo de curto prazo de 9.151.890 euros.

## 2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

## 2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

## 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

### 3.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados pelo seu custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo pode ser o custo estimado à data de transição para NCRF ou o custo de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre em condições de utilização. Os gastos financeiros incorridos na construção de ativos tangíveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Os gastos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	<b>N.º de anos</b>
Equipamento básico	8
Equipamento administrativo	8

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo e, quando necessário, registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado pelo mais elevado valor entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

### 3.2. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, pelo seu custo.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis apresentam-se ao custo menos amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis dos ativos intangíveis são avaliadas entre finitas ou indefinidas.

Os ativos intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo possa estar em imparidade.

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos na alínea anterior, relativa aos ativos fixos tangíveis.

As reversões das imparidades são reconhecidas em resultados e não devem exceder a quantia escriturada do bem que teria sido determinada caso nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida anteriormente.

Para um ativo intangível com uma vida útil finita, os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são

tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são de 33,33% para a sua totalidade.

O gasto com amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica de "Gastos/reversões de depreciação e amortização".

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos o custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

### 3.3. Inventários

As mercadorias correspondem na sua quase totalidade a títulos de transporte e encontram-se valorizadas ao custo de aquisição.

As perdas previstas na realização dos inventários são objeto de ajustamento.

### 3.4. Imposto sobre o rendimento

Nos termos do n.º 2 do artigo 6º do Código do IRC, os Agrupamentos Complementares de Empresas estão abrangidos por um regime fiscal especial, nomeadamente o Regime de Transparência Fiscal, sendo os prejuízos do período, apurados nos termos do referido Código, imputados diretamente aos respetivos membros na proporção da sua parcela no capital social do A.C.E.

Apesar do Agrupamento estar abrangido pelo regime de transparência fiscal, nos termos do artigo 6º do Código do IRC, foi efetuado o cálculo das tributações autónomas relativamente ao período de 2017, conforme o disposto no artigo 88º do Código do IRC.

### 3.5. Clientes e Outros créditos a receber

As rubricas de "Clientes e Outros créditos a receber" são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (quando aplicável). As perdas por imparidade dos clientes e créditos a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em "Imparidades em dívidas a receber", sendo

subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

### 3.6. Subsídios e apoios do Governo

O ACE reconhece os subsídios recebidos da União Europeia inicialmente na rubrica de capital próprio "Subsídios ao investimento", sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados numa base sistemática em função da amortização do respetivo ativo tangível.

### 3.7. Locações

Os contratos de locação relativamente aos quais o ACE assume substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo locado são classificados como locações financeiras.

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como ativo e passivo, pelo menor entre o justo valor do bem e o valor atual das rendas de locação vincendas. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de "Financiamentos obtidos". Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados são reconhecidos na Demonstração dos Resultados no período a que dizem respeito.

Os ativos adquiridos em locação financeira são amortizados de acordo com a política estabelecida pelo ACE para os ativos fixos tangíveis.

### 3.8. Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos. Segundo o referido princípio contabilístico, as diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são sempre reconhecidas como ativos ou passivos, se se qualificarem como tal.

### 3.9. Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos colaboradores independentemente da data do seu pagamento.

De acordo com a legislação laboral em vigor os colaboradores adquirem o direito a férias e ao subsídio de férias no final do período em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do período um acréscimo dos montantes que serão pagos no ano seguinte os quais se encontram refletidos na rubrica "Outras Dívidas a Pagar".

### 3.10. Rédito

#### a) Venda de bens

Os rendimentos gerados pela venda de títulos de viagem (suporte) são registados mensalmente, de acordo com as informações extraídas do sistema de bilhética.

#### b) Serviços prestados

Os rendimentos gerados pelas comissões de Validação e de Rede de Vendas são registados mensalmente, de acordo com as informações extraídas do sistema de bilhética.

### 3.11. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras do ACE são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa, para efeitos de relato financeiro, difira dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um maior risco de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:

#### Estimativas contabilísticas relevantes

##### 3.11.1 Provisões

O ACE analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

##### 3.11.2 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência do ACE.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor dos ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do

Conselho de Administração no que respeita à avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

### 3.11.3 Vida útil dos ativos fixos tangíveis e intangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização/depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos sectores em que o Agrupamento opera.

## 3.12. Alterações das políticas contabilísticas

### 3.12.1 Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o período não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao período anterior apresentada nos comparativos.

## 4. FLUXOS DE CAIXA

### Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Depósitos bancários	9 881 976	9 284 809
Caixa	986 691	301 497
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>10 868 667</b>	<b>9 586 307</b>

A rubrica “caixa” inclui receita em transito no valor de 630.161 euros correspondente a valores de receita intermodal por transferir para as contas bancárias do TIP à data de 31 de dezembro de 2017.

## 5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2017 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

### Movimentos nos ativos fixos tangíveis – 2017

	Edifícios e o. construções	Equip. básico	Equip. Transporte	Equip. Admin.	Outros A.F.T.	Total
<b>1 de Janeiro de 2017</b>						
Custo de Aquisição	6 645	12 274 904	0	606 030	0	12 887 578
Depreciações acumuladas	(6 645)	(11 135 212)	0	(485 283)	0	(11 627 141)
<b>Valor líquido</b>	<b>0</b>	<b>1 139 691</b>	<b>0</b>	<b>120 746</b>	<b>0</b>	<b>1 260 438</b>
<b>Varição do período</b>						
Adições	0	675 788	4 000	86 176	20	765 985
Alienações	0	(1 723 408)	0	(8 325)	0	(1 731 733)
Depreciação-exercício	0	(506 145)	(667)	(75 157)	(7)	(581 976)
Depreciação-alienações	0	1 594 234	0	8 325	0	1 602 559
<b>Valor líquido</b>	<b>0</b>	<b>40 469</b>	<b>3 333</b>	<b>11 019</b>	<b>14</b>	<b>54 835</b>
<b>31 de Dezembro de 2017</b>						
Custo de Aquisição	6 645	11 227 284	4 000	683 881	20	11 921 830
Depreciações acumuladas	(6 645)	(10 047 123)	(667)	(552 116)	(7)	(10 606 557)
<b>Valor líquido</b>	<b>0</b>	<b>1 180 161</b>	<b>3 333</b>	<b>131 765</b>	<b>14</b>	<b>1 315 273</b>

### Movimentos nos ativos fixos tangíveis – 2016

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento Administrativo	Total
<b>1 de Janeiro de 2016</b>				
Custo de Aquisição	6 645	12 036 864	482 005	12 525 514
Depreciações acumuladas	(6 645)	(10 656 662)	(390 200)	(11 053 507)
<b>Valor líquido</b>	<b>0</b>	<b>1 380 202</b>	<b>91 805</b>	<b>1 472 007</b>
<b>Varição do período</b>				
Adições	0	238 040	125 084	363 125
Abates	0	0	(1 060)	(1 060)
Depreciação-exercício	0	(478 551)	(96 143)	(574 694)
Depreciação-abates	0	0	1 060	1 060
<b>Valor líquido</b>	<b>0</b>	<b>(240 510)</b>	<b>28 941</b>	<b>(211 569)</b>
<b>31 de Dezembro de 2016</b>				
Custo de Aquisição	6 645	12 274 904	606 030	12 887 578
Depreciações acumuladas	(6 645)	(11 135 212)	(485 283)	(11 627 141)
<b>Valor líquido</b>	<b>0</b>	<b>1 139 691</b>	<b>120 746</b>	<b>1 260 438</b>

No período findo em 31 de dezembro de 2017 o valor líquido dos ativos fixos tangíveis, adquiridos sob o regime de locação financeira é o seguinte:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Valor bruto	4 409 505	4 409 505
Alienações	(1 022 865)	0
Depreciações acumuladas	(3 377 485)	(4 366 098)
	<b>9 156</b>	<b>43 407</b>

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas, na sua totalidade, na rubrica “Gastos de depreciação e de amortização” da Demonstração dos Resultados.

## 6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2017 os movimentos registados em rubricas do ativo intangível foram como segue:

### Movimentos nos ativos intangíveis – 2017

	<b>Projetos em desenvolvimento</b>	<b>Programas de computador</b>	<b>Total</b>
<b>1 de Janeiro de 2017</b>			
Custo de Aquisição	32 152	59 797	91 949
Amortizações acumuladas	0	(58 798)	(58 798)
<b>Valor líquido</b>	<b>32 152</b>	<b>999</b>	<b>33 151</b>
<b>Variação do período</b>			
Adições	1 048 535	634	1 049 169
Amortizações-exercício	0	(1 105)	(1 105)
<b>Valor líquido</b>	<b>1 048 535</b>	<b>-471</b>	<b>1 048 064</b>
<b>31 de Dezembro de 2017</b>			
Custo de Aquisição	1 080 686	60 431	1 141 118
Amortizações acumuladas	0	(59 903)	(59 903)
<b>Valor líquido</b>	<b>1 080 686</b>	<b>528</b>	<b>1 081 215</b>

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2016 os movimentos registados em rubricas do ativo intangível foram como segue:

## Movimentos nos ativos intangíveis – 2016

	Projetos em desenvolvimento	Programas de computador	Total
<b>1 de Janeiro de 2016</b>			
Custo de Aquisição	0	59.797	59.797
Amortizações acumuladas	0	-53.495	-53.495
<b>Valor líquido</b>	<b>0</b>	<b>6.302</b>	<b>6.302</b>
<b>Variação do período</b>			
Adições	32.152	0	32.152
Amortizações-exercício	0	-5.303	-5.303
<b>Valor líquido</b>	<b>32.152</b>	<b>-5.303</b>	<b>26.849</b>
<b>31 de Dezembro de 2016</b>			
Custo de Aquisição	32.152	59.797	91.949
Amortizações acumuladas	0	-58.798	-58.798
<b>Valor líquido</b>	<b>32.152</b>	<b>999</b>	<b>33.151</b>

A rubrica “Projetos em desenvolvimento” no montante de 1.080.686 euros em 31 de dezembro de 2017 (32.152 euros em 31 de dezembro de 2016) corresponde à parceria entre a FEUP e o TIP no desenvolvimento do projeto piloto designado por "anda" (Fases I e II). Este projeto visa a disponibilização de um sistema de pagamento da utilização do transporte público com o recurso à tecnologia dos *smartphones*.

## 7. INVENTÁRIOS

A totalidade das existências registadas no final do período ascende ao montante de 341.500 euros (413.610 euros deduzidos de perdas por imparidade de 165.161 euros em 2016) e encontram-se em poder do TIP e de terceiros.

Durante o exercício de 2017, os movimentos de perdas por imparidade de inventários são analisados como segue:

	Notas	2017	2016
<b>Saldo inicial</b>		<b>165.161</b>	<b>0</b>
Dotações	24	0	165.161
Utilizações	18	-141.063	0
Reversões	24	-24.098	0
<b>Saldo Final</b>		<b>0</b>	<b>165.161</b>

Na sequencia da alteração da imagem gráfica do título Andante foi efetuado ajustamento correspondente ao valor total dos títulos, registados no inventário realizado com referencia á data de 31/12/2016, com a anterior imagem gráfica do título Andante.

Em 2017, concluído o prazo de troca dos títulos com a anterior imagem gráfica, foram registadas as correspondentes perdas (quebras) em inventários e efetuada a utilização da imparidade anteriormente registada.

## 8. CLIENTES

No período findo em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a decomposição da rubrica de Clientes (saldos correntes), representa-se como segue:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Clientes – Entidades públicas	989 857	515 742
Clientes – Entidades não públicas	785 510	438 200
Clientes em mora à mais de 24 meses	14 108	14 108
Clientes - Perdas por imparidade	-14 108	-14 108
<b>Total de Clientes</b>	<b>1 775 367</b>	<b>953 942</b>

Nessas datas os saldos mais significativos de clientes referem-se às seguintes entidades:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
CP-Comboios de Portugal, E.P.E.	606 579	247 834
Metro do Porto, S.A.	305 608	115 761
STCP-Soc.Transp.Colec. Porto, SA	221 601	161 195
Direcção Geral da Adm.da Justiça	157 359	66 168
PSP - Direcção Nacional	149 851	118 654
Resende Actividade Turística, SA	58 411	50 285
Prometro, S.A.	32 828	0
Assoc.de Turismo do Porto	22 815	18 000
Novabase Digital, S.A.	22 263	0
Outras dívidas de clientes	198 052	176 045
<b>Total Clientes</b>	<b>1 775 367</b>	<b>953 942</b>

Durante o exercício de 2017, os movimentos de perdas por imparidade de clientes são analisados como segue:

	Saldo 1 Janeiro	Dotação do exercício	Reversões	Utilizações	Saldo 31 Dezembro
<b>Cientes com créditos em mora à mais de 24 meses:</b>					
Setor empresarial e particulares	654	0	0	0	654
Setor público	13 455	0	0	0	13 455
<b>Total de imparidades de clientes</b>	<b>14 108</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>14 108</b>

## 9. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos da rubrica “Estado e outros entes públicos” apresentavam-se como segue:

	2017		2016	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
IVA– A recuperar	102 453		111 911	
IVA– A pagar		152 841		14 912
IRS – Retenções na fonte (a terceiros)		398		724
IRC – Retenções na fonte a receber	4 883		4 883	
IRC – Retenções na fonte (por terceiros)				
IRC – Tributações autónomas		745		98
	<b>107 337</b>	<b>153 984</b>	<b>116 795</b>	<b>15 735</b>

## 10. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos mais significativos da rubrica “Outros créditos a receber” apresentavam-se como segue:

	2017	2016
Receita em poder de terceiros	1 837 939	0
Operadores conta corrente	600 389	563 028
Acrésc. rendimento-Seguro MR a cargo do operador	220 113	473 618
Acrésc. rendimento-Vandalismo a cargo do operador	88 174	254 650
Operadores receita distribuída	61 501	61 501
Acrésc. rendimento-Comissões Ativ. Intermodal	5 424	44 343
Acrésc. rendimento-Comissões Monomodais	4 008	32 930
Outros acrésc. rendimentos	389 357	179 393
<b>Total de Outros créditos a receber</b>	<b>3 206 903</b>	<b>1 609 463</b>

A rubrica “receita em poder de terceiros” no valor de 1.837.939 euros corresponde aos valores de receita intermodal em transito à data de 31 de dezembro de 2017 e que ainda não tinham sido transferidos para as contas bancárias do TIP.

## 11.DIFERIMENTOS

O saldo da rubrica «Diferimentos (Ativo)» em 31 de Dezembro de 2017 refere-se exclusivamente a “Outros gastos a reconhecer” no montante de 19.127 euros (20.832 euros em 2016).

## 12.CAPITAL

### Capital subscrito

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o capital social do Agrupamento, encontrava-se totalmente subscrito e realizado. Ascende ao montante de 30.000 euros divididos em três parcelas iguais unitárias no valor de 10.000 euros.

### Resultados Transitados

A rubrica “Resultados Transitados” contempla a aplicação dos sucessivos resultados líquidos do Agrupamento, conforme deliberado nas Assembleias Gerais de Agrupados. A importância acumulada nesta rubrica é, em 31 de Dezembro de 2017, de -653.707 Euros (-1.841.046 Euros em 2016).

### Subsídios ao investimento

A 31 de dezembro de 2016 a rubrica “Subsídios ao investimento” era composta exclusivamente por fundos comunitários com origem no FEDER.

Durante o exercício de 2017, na sequência da candidatura do projeto “anda”, o TIP recebeu do Fundo Ambiental o montante total de 982.028 euros. Em virtude dos ativos subjacentes ainda se encontrarem em fase de construção ou de instalação e, por isso, ainda não estarem em condições de uso para a finalidade que motivou a sua aquisição, não se procedeu á sua depreciação ou amortização em 2017 e, em consequência, também não existiu a regularização por resultados dos subsídios recebidos, que teria por base as amortizações praticadas.

Os movimentos ocorridos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 foram os seguintes:

	Feder	Fundo Ambiental	Total
<b>1 de Janeiro de 2016</b>	<b>36 194</b>	<b>0</b>	<b>36 194</b>
Regularizações por resultados	-17 655	0	-17 655
<b>31 de Dezembro de 2016</b>	<b>18 539</b>	<b>0</b>	<b>18 539</b>
Adições		982 028	982 028
Regularizações por resultados	-16 018	0	-16 018
<b>31 de Dezembro de 2017</b>	<b>2 521</b>	<b>982 028</b>	<b>984 549</b>

### Resultado Líquido do Período

Os movimentos ocorridos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 na rubrica “Resultado líquido do período” foram os seguintes:

	Montante
<b>1 de Janeiro de 2016</b>	<b>2 835 381</b>
Aplicação dos resultados	-2 835 381
Resultado do período	1 187 339
<b>31 de Dezembro de 2016</b>	<b>1 187 339</b>
Aplicação dos resultados	-1 187 339
Resultado do período	709 599
<b>31 de Dezembro de 2017</b>	<b>709 599</b>

### 13.FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos mais significativos de fornecedores referem-se às seguintes entidades:

	2017	2016
Egor Outsourcing Pr.S.O.Ad.Pessoal	200 335	200 895
Metro do Porto, S.A.	169 986	1 724 112
Novabase Solutions S. A.	159 052	237 006
Confidex Oy	94 576	0
STCP-Soc.Transp.Colec. Porto, SA	59 939	85 957
CP-Comboios de Portugal, E.P.E.	52 451	32 408
Grupo 8-Vigilância e Prevenção	48 174	26 885
Outras dívidas a fornecedores	64 592	311 015
	<b>849 106</b>	<b>2 618 278</b>

#### 14.FORNECEDORES DE INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos mais significativos de fornecedores de investimentos referem-se às seguintes entidades:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Novabase Solutions S. A.	167 142	142 310
Universidade do Porto-Reitoria	9 225	0
Outros	20 481	2 394
<b>Total de fornecedores de investimentos</b>	<b>196 848</b>	<b>144 705</b>

#### 15.OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o detalhe da rubrica de Outras dívidas a pagar (Saldo corrente) é o seguinte:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Receita a repartir pelos operadores	5 704 658	2 951 905
Metro do Porto, S.A.	5 263 584	3 672 772
STCP-Soc.Transp.Colec. Porto, SA	3 097 004	3 813 368
CP-Comboios de Portugal, E.P.E.	508 926	311 452
Resende Actividade Turística, SA	376 497	170 249
Empresa de Transp. Gondomarense	328 005	314 865
J.Espirito Santo & Irmãos, Lda	218 056	132 268
Prometro, S.A.	161 862	0
Outras contas a pagar	786 419	3 240 854
<b>Total de outras contas a pagar (saldo corrente)</b>	<b>16 445 011</b>	<b>11 655 829</b>

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Outros credores</b>		
Credores diversos i)	10 216 820	8 447 544
Receita a repartir ii)	5 704 658	2 951 905
<b>Acréscimos de gastos</b>		
Remunerações	73 074	66 859
Outros	450 459	189 521
	<b>16 445 011</b>	<b>11 655 829</b>

i) A rubrica "Credores diversos" refere-se maioritariamente aos montantes faturados pelos operadores de transporte aderentes à intermodalidade.

ii) O procedimento de repartição da receita da venda de títulos intermodais Andante pelos operadores aderentes, que prestam o serviço de transporte aos clientes, ocorre no momento de utilização da viagem adquirida. Essa repartição é processada por uma aplicação informática,

denominada de MRRA – Modelo de Repartição Receita Andante, que foi certificada pela empresa Critical em 2015. O facto da aquisição da viagem, por parte do cliente, ocorrer em momento anterior, ao da sua utilização, determina uma diferença temporal entre os valores da receita da venda de títulos intermodais Andante e os valores repartidos pelos operadores aderentes ao Sistema Intermodal Andante.

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo da receita a repartir registado na contabilidade era de 5.704.658 euros (2.951.905 euros em 31 de dezembro de 2016).

Estes valores encontram-se já expurgados dos seguintes fluxos:

- Receita a não repartir no montante de 191.820 euros em 31 de dezembro de 2017 (138.290 euros em 31 de dezembro de 2016): diz respeito à contabilização da receita arrecadada pelo TIP e sem expectativa de repartição pelos operadores por impossibilidade técnica do algoritmo em vigor. Este valor é explicado pela diferença entre a faturação de títulos Andante Pro (títulos entretanto expirados e não utilizados) e a correspondente receita repartida;
- Receita a desconhecer, 31 de dezembro de 2017, no montante de 94.878 euros (82.275 euros em 31 de dezembro de 2016): diz respeito ao desconhecimento no balanço do passivo referente aos talões "Vale Numerário" expirados (data de validade superior a 2 anos).

Assim a rubrica "Receita a repartir" corresponde, essencialmente, à diferença entre os valores da receita da venda de títulos intermodais Andante com depósito bancário efetuado em contas do TIP passível de repartição, de acordo com o algoritmo em vigor, e os valores repartidos pelos operadores aderentes ao Sistema Intermodal Andante. Para o apuramento do referido valor foram tidos em conta os seguintes movimentos, conforme apresentado no quadro infra:

- Receita Intermodal - diferença entre os valores da receita da venda de títulos intermodais Andante, com e sem depósito efetuado em contas da empresa, e os valores repartidos pelos operadores aderentes ao Sistema Intermodal;
- Receita em trânsito - valores da receita da venda de títulos intermodais Andante por depositar em contas da empresa (maioritariamente valores ainda não depositados relativamente à rede de vendas Pagaqui, Lojas andante e MVA's);

- Abastecimento das MVA's (Máquinas de Venda Automática) - diferencial entre os valores contabilizados e os valores apurados relativamente ao abastecimento de trocos nas MVA's (valor a ser entregue pelo Grupo 8).

	<b>31-12-2017</b>	<b>31-12-2016</b>
Receita intermodal	5 704 658	4 933 508
Receita em trânsito		-1 833 221
MVA's		-549 781
Lojas Andante e Pagaqui		-1 283 441
Abastecimento das MVA's		-148 382
<b>Total</b>	<b>5 704 658</b>	<b>2 951 905</b>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a receita intermodal apresenta a seguinte decomposição:

	<b>31-12-2017</b>	<b>31-12-2016</b>
Assinaturas de Janeiro do ano seguinte	2 167 398	2 138 141
Títulos Ocasionais não validados	2 500 534	1 880 798
Talões "Vale Numerário" não reclamados	214 215	203 712
Viagens não reclamadas	822 511	710 857
<b>Receita Intermodal</b>	<b>5 704 658</b>	<b>4 933 508</b>

A rubrica "Viagens não reclamadas" resulta da análise efetuada, com referência a 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, à receita intermodal arrecadada e por repartir. Foi obtida da diferença entre o total da receita arrecadada pelo TIP em 31 de dezembro de 2017 de 5.704.658 euros (4.933.508 em 31 de dezembro de 2016) e as correspondes responsabilidades (4.882.146 euros em 31 de dezembro de 2017 e 4.222.651 euros em 31 de dezembro de 2016).

## 16.VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

O valor das vendas e dos serviços prestados reconhecido na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Prestação de serviços – Ambito intermodal	4 647 264	4 485 095
Vendas mercadorias – Títulos	1 917 467	1 632 580
Prestação de serviços – Ambito monomodal	120 242	144 558
<b>Total de vendas e serviços prestados</b>	<b>6 684 974</b>	<b>6 262 233</b>

## 17. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" apresenta o seguinte detalhe:

	Notas	2017	2016
Alienações Inv Não Financeiros		291.216	41
Desreconhecimento Vales/Numerário		100 571	87 212
Imputação de subsídios ao investimento	12	16 018	17 655
Deseconhecimento Andante Pro		0	138.290
Corr. relativas a períodos anteriores		16 746	25.618
<b>Total de outros rendimentos e ganhos</b>		<b>424.551</b>	<b>268 816</b>

A rubrica "Alienação de investimentos não financeiros" representa, essencialmente, ganhos apurados na alienação de equipamentos de bilhética.

A rubrica "Desreconhecimento Vales/Numerário" corresponde aos talões "Vale Numerário" expirados (data de emissão anterior à data do balanço - 31/12/n - superior a 2 anos) no montante de 100.571 euros em 31 de dezembro de 2017 (87.212 euros em 31 de dezembro de 2016).

## 18. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

O detalhe do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas é o seguinte:

	Notas	2017	2016
Existências iniciais		413 610	246 881
Compras		791 406	575 382
Regularizações	7	-141 063	0
Existências finais	7	-341 500	-413 610
<b>Gasto do período</b>		<b>722 453</b>	<b>408 652</b>

Na sequência da alteração da imagem gráfica do título Andante foi efetuado ajustamento correspondente ao valor total dos títulos, registados no inventário realizado com referência à data de 31/12/2016, com a anterior imagem gráfica do título Andante.

Em 2017, concluído o prazo de troca dos títulos com a anterior imagem gráfica, foi efetuada a utilização da imparidade anteriormente registada pelo montante de 141.063 euros.

## 19.FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Subcontratos	1 953 679	1 922 890
Serviços especializados	1 579 885	1 129 481
Serviços diversos	625 173	306 737
Materiais	67 417	34 897
Outros	26 274	18 450
<b>Total de fornecimentos e serviços externos</b>	<b>4 252 428</b>	<b>3 412 456</b>

A rubrica “Subcontratos” refere-se fundamentalmente a encargos com a rede de vendas Andante designadamente:

- Comissões de processamento de pagamentos: 527.391 euros (647.213 euros em 2016);
- Transporte e tratamento de valores: 538.885 euros (542.171 euros em 2016);
- Recursos humanos: 686.966 euros (630.727 euro em 2016).

A rubrica “Serviços especializados” corresponde, essencialmente, a encargos com conservação e reparação de equipamentos de bilhética, 1.081.051 euros (876.941 euros em 2016) e trabalhos especializados de diversas entidades, 498.834 euros (223.840 euros em 2016).

## 20.GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com pessoal, incorridos durante os períodos de 2017 e 2016, foram como segue:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Remunerações		
Órgãos sociais	58 980	55 285
Pessoal	433 904	433 513
	<b>492 884</b>	<b>488 797</b>
Encargos sociais		
Encargos sobre remunerações	113 189	113 619
Custos de ação social	5 184	4 051
Outros	15 987	6 580
	<b>134 360</b>	<b>124 249</b>
<b>Total de gastos com o pessoal</b>	<b>627 244</b>	<b>613 046</b>

O número médio de empregados do ACE em 2017 foi de 12 (11 em 2016), conforme se segue:

- Pertencentes ao quadro de pessoal da Metro do Porto . . . . . 8 colaboradores
- Pertencentes ao quadro de pessoal da STCP . . . . . 4 colaboradores
- Pertencentes ao quadro de pessoal da CP . . . . . 1 colaboradores

## 21. OUTROS GASTOS E PERDAS

O detalhe dos “Outros gastos e perdas” dos períodos de 2017 e 2016 é como segue:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Correcções relativas a períodos anteriores	84 850	0
Impostos e taxas	8 006	9 207
Multas e penalidades	3 730	169
Outros	23 779	979
<b>Total de outros gastos e perdas</b>	<b>120 365</b>	<b>10 355</b>

## 22. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

O detalhe dos “Juros e gastos similares suportados” dos períodos de 2017 e 2016 é como segue:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Gastos com serviços bancários	154 914	151 724
Juros de financiamentos obtidos	0	3 156
Outros	11 499	8
<b>Total de juros e gastos similares suportados</b>	<b>166 413</b>	<b>154 888</b>

## 23. IMPARIDADES DE DIVIDAS A RECEBER

A quantia reconhecida na rubrica “Imparidade de dívidas a receber” refere-se exclusivamente a clientes em mora há mais de 24 meses (conforme explicitado na nota 8) e apresenta no final de 2017 valor nulo (reversão de 943 euros em 2016).

	<b>2017</b>		<b>2016</b>	
	<b>Rendimentos</b>	<b>Gastos</b>	<b>Rendimentos</b>	<b>Gastos</b>
Dividas a receber de clientes	0	0	943	0
<b>Total de perdas por imparidade de dívidas de clientes</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>943</b>	<b>0</b>

## 24. IMPARIDADE DE INVENTÁRIOS

A quantia reconhecida na rubrica “Imparidade de inventários” refere-se exclusivamente a Títulos Andante com imagem antiga (conforme explicitado na nota 7) e apresenta no final de 2017 o montante rendimento de 24.098 euros (gasto de 165.161 euros em 2016).

	2017		2016		
	Notas	Rendimentos	Gastos	Rendimentos	Gastos
Titulos Andante com imagem antiga	7	24.098	0	0	165 161
<b>Total de perdas por imparidade de inventários</b>		<b>24.098</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>165 161</b>

Na sequencia da alteração da imagem gráfica do título Andante foi efetuado ajustamento correspondente ao valor total dos títulos, registados no inventário realizado com referencia á data de 31/12/2016, com a anterior imagem gráfica do título Andante.

Em 2017, concluído o prazo de troca dos títulos com a anterior imagem gráfica, foi efetuada a utilização da imparidade anteriormente registada pelo montante de 141.063 euros (conforme explicitado na nota 18) e registada a reversão do excedente no montante de 24.098 euros.

## 25. TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE

A quantia reconhecida na rubrica “Trabalhos para a própria entidade” refere-se exclusivamente a alocação de recursos (humanos) internos ao projeto em desenvolvimento "anda" (conforme explicitado na nota 6) e apresenta no final de 2017 o montante rendimento de 48.706 euros (valor nulo em 2016).

## 26. PARTES RELACIONADAS

### Transações entre partes relacionadas

#### Empresas agrupadas:

CP Comboios de Portugal E.P.E.  
Metro do Porto, S. A.  
STCP-Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S. A.

## Transações e saldos pendentes

Durante o período, o A.C.E. efetuou as seguintes transações com entidades agrupadas:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>Prestação de Serviços</b>		
CP Comboios de Portugal E.P.E.	1 137 675	699 310
STCP-Soc. Transp. Colectivos do Porto	1 712 223	1 716 903
Metro do Porto, S. A.	1 861 626	1 873 624
	<u><b>4 711 524</b></u>	<u><b>4 289 837</b></u>
<b>Aquisição de Serviços (incl receita)</b>		
CP Comboios de Portugal E.P.E.	4 682 812	3 937 822
STCP-Soc. Transp. Colectivos do Porto	35 538 273	31 585 772
Metro do Porto, S.A.	43 238 365	39 864 105
	<u><b>83 459 450</b></u>	<u><b>75 387 699</b></u>

Os saldos finais de 2017 e os respetivos valores comparativos de 2016 das rubricas "Prestação de Serviços - CP" e "Prestação de Serviços - STCP" refletem o critério anteriormente adotado designadamente, de não considerar nas referidas rubricas a receita intermodal recebida pela CP e pela STCP nos postos de venda onde, simultaneamente, atuam como revendedores.

No final do período de 2017 e 2016, os saldos resultantes de transações efetuadas com entidades agrupadas são como se segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>Saldos devedores</b>		
CP Comboios de Portugal E.P.E.	771 008	247 834
Metro do Porto, S.A.	305 608	115 761
STCP-Soc. Transp. Colectivos do Porto	221 601	236 388
	<u><b>1 298 218</b></u>	<u><b>599 983</b></u>
<b>Saldos credores</b>		
CP Comboios de Portugal E.P.E.	561 378	343 860
Metro do Porto, S.A.	5 433 570	5 396 884
STCP-Soc. Transp. Colectivos do Porto	3 156 943	3 974 518
	<u><b>9 151 891</b></u>	<u><b>9 715 262</b></u>

## 27. OUTRAS INFORMAÇÕES

### Dívidas em mora ao Estado e à Segurança Social

Não existem.

### Remuneração do Fiscal Único

A remuneração auferida pelo Fiscal Único foi, durante o período de 2017, de 5.000 euros (5.000 euros, com uma redução remuneratória no valor de 150 euros em 2016).

### 28.EVENTOS SUBSEQUENTES

Nada a referir.

ANEXOS



## Informação Estatística Relevante

Quantidade Vendida Cartões c/ utilização intermodal	2015	2016	2017	Δ 16/17
Andante PVC TIP	61 430	67 028	209 042	211,87%
Andante PVC 4_18	7 080	6 977	13 037	86,86%
Andante PVC Sub23	6 326	6 524	15 648	139,85%
Person. Func./Familiar STCP	205	6 484	7 080	9,19%
Personalização STCP	2 665	4 487	187	-95,83%
<b>Total PVC</b>	<b>77 706</b>	<b>91 500</b>	<b>244 994</b>	<b>167,75%</b>
Cartão Andante CTS TIP	1 825 855	2 029 181	3 352 381	65,21%
<b>TOTAL</b>	<b>1 903 561</b>	<b>2 120 681</b>	<b>3 597 375</b>	<b>69,63%</b>

NOTA: A quantidade de cartões constante do ano de 2017 inclui a troca gratuita no âmbito da campanha de troca para os novos cartões com prazo de validade.

### Carregamentos por tipo de título \*

Título de Transporte	2015	2016	2017	Δ 16/17
Títulos de Viagem	26 449 098	26 734 017	29 392 346	9,94%
Andante 24	112 228	137 709	184 155	33,73%
Andante Tour 1	43 948	41 958	52 228	24,48%
Andante Tour 3	39 341	50 361	61 934	22,98%
<b>Total Títulos Ocasionais</b>	<b>26 644 615</b>	<b>26 964 045</b>	<b>29 690 663</b>	<b>10,11%</b>
Assinatura Normal	653 691	690 638	767 218	11,09%
Assinatura 4_18 (A)	70 866	74 453	74 278	-0,24%
Assinatura 4_18 (B)	22 615	22 916	23 429	2,24%
Assinatura 4_18 (F)	414	170	57	-66,47%
Assinatura Júnior	9 838	9 487	10 302	8,59%
Assinatura Estudante	300 517	291 426	293 655	0,76%
Assinatura 3ª Idade	249 205	256 154	274 332	7,10%
Assinatura Ref. / Pens.	1 057	377	135	-64,19%
Assinatura Sub23			6 489	
Assinatura Sub23 (A)	88 742	97 576	107 809	10,49%
Assinatura Sub23 (F)	196	49	7	-85,71%
Social +	235 544	238 866	240 358	0,62%
Social + (A)	43 320	47 239	52 650	11,45%
Social + (D)	5 217	4 379	4 218	-3,68%
Social + (R)	1 604	625	135	-78,40%
Assinatura P&R	999	1 209	1 439	19,02%
<b>Total Títulos Assinatura</b>	<b>1 683 825</b>	<b>1 735 564</b>	<b>1 856 511</b>	<b>6,97%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>28 328 440</b>	<b>28 699 609</b>	<b>31 547 174</b>	<b>9,92%</b>

\* Dados referentes a carregamentos efetuados no ano civil (1 Jan a 31 Dez)

Receita da venda de suportes para utilização intermodal (por ano de cobrança)	2015	2016	2017	Δ 16/17
Andante PVC TIP	366 809,00 €	400 465,00 €	341 990,85 €	-14,60%
Andante PVC 4_18	19 403,50 €	19 455,00 €	17 117,00 €	-12,02%
Andante PVC Sub23	13 053,00 €	14 190,00 €	20 974,00 €	47,81%
Personalização STCP	13 270,00 €	22 365,00 €	565,00 €	-97,47%
<b>Total PVC</b>	<b>412 535,50 €</b>	<b>456 475,00 €</b>	<b>380 646,85 €</b>	<b>-16,61%</b>
Cartão Andante CTS TIP	1 095 197,15 €	1 217 380,90 €	1 592 469,65 €	30,81%
<b>TOTAL</b>	<b>1 507 732,65 €</b>	<b>1 673 855,90 €</b>	<b>1 973 116,50 €</b>	<b>17,88%</b>

#### Receita de carregamentos por tipo de título \*

Título de Transporte	2015	2016	2017	Δ 16/17
Títulos de Viagem	35 002 620,40 €	35 493 642,20 €	38 666 361,45 €	8,94%
Andante 24	548 494,65 €	679 885,40 €	920 533,90 €	35,40%
Andante Tour 1	307 587,00 €	293 646,00 €	364 113,60 €	24,00%
Andante Tour 3	590 115,00 €	755 340,00 €	927 219,40 €	22,76%
<b>Total Títulos Ocasionais</b>	<b>36 448 817,05 €</b>	<b>37 222 513,60 €</b>	<b>40 878 228,35 €</b>	<b>9,82%</b>
Assinatura Normal	23 570 392,80 €	24 901 912,35 €	25 397 003,85 €	1,99%
Assinatura 4_18 (A)	988 221,15 €	1 046 562,45 €	1 027 775,45 €	-1,80%
Assinatura 4_18 (B)	581 504,15 €	588 718,55 €	591 243,45 €	0,43%
Assinatura 4_18 (F)	10 897,10 €	4 410,40 €	1 352,00 €	-69,35%
Assinatura Júnior	241 438,55 €	231 624,05 €	246 597,55 €	6,46%
Assinatura Estudante	8 507 646,55 €	8 265 499,65 €	8 215 425,90 €	-0,61%
Assinatura 3ª Idade	6 671 713,05 €	6 868 198,75 €	7 212 640,80 €	5,02%
Assinatura Ref. / Pens.	27 840,55 €	10 179,65 €	3 817,10 €	-62,50%
Assinatura Sub23			198 135,35 €	
Assinatura Sub23 (A)	1 485 574,75 €	1 644 416,40 €	1 809 566,55 €	10,04%
Assinatura Sub23 (F)	7 759,25 €	1 875,35 €	159,25 €	-91,51%
Social +	6 651 145,70 €	6 753 069,40 €	6 705 710,65 €	-0,70%
Social + (A)	819 268,90 €	894 862,45 €	987 414,75 €	10,34%
Social + (D)	142 647,20 €	120 988,90 €	116 019,05 €	-4,11%
Social + (R)	44 351,65 €	16 421,65 €	3 478,60 €	-78,82%
Assinatura P&R	16 983,00 €	20 553,00 €	22 848,00 €	11,17%
<b>Total Títulos Assinatura</b>	<b>49 767 384,35 €</b>	<b>51 369 293,00 €</b>	<b>52 539 188,30 €</b>	<b>2,28%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>86 216 201,40 €</b>	<b>88 591 806,60 €</b>	<b>93 417 416,65 €</b>	<b>5,45%</b>

\* Dados referentes à receita correspondente à quantidade carregada no ano civil (1 Jan a 31 Dez), independentemente do período de validade do título

Receita da venda de suportes e de carregamentos por canal

	2015	2016	2017	Δ 16/17
MVAs rede MP	31 869 364,15 €	36 226 397,60 €	40 463 822,60 €	11,70%
PayShop	35 044 265,00 €	15 687 941,65 €		-100,00%
Pagaqui		13 933 945,25 €	30 498 309,55 €	118,88%
Lojas Andante	10 490 966,05 €	11 973 164,10 €	11 780 537,95 €	-1,61%
CP Porto	3 042 517,85 €	3 352 068,85 €	3 881 983,65 €	15,81%
MVAs rede CP	2 370 157,45 €	2 945 857,40 €	3 466 518,80 €	17,67%
STCP	424 715,60 €	29 926,10 €	49 760,05 €	66,28%
SIBS	3 571 697,60 €	4 991 119,70 €	4 113 575,80 €	-17,58%
Privados	232 337,75 €	381 030,35 €	451 907,90 €	18,60%
Revendedores	677 912,60 €	744 211,50 €	684 116,85 €	-8,07%
<b>TOTAL</b>	<b>87 723 934,05 €</b>	<b>90 265 662,50 €</b>	<b>95 390 533,15 €</b>	<b>5,68%</b>

Validações por tipo de título

Título de Transporte	2015	2016	2017	Δ 16/17
Títulos de Viagem	34 393 178	34 570 978	36 721 272	6,22%
Andante 24	429 286	501 882	625 908	24,71%
Andante Tour 1	222 519	191 551	194 425	1,50%
Andante Tour 3	402 702	514 765	587 263	14,08%
<b>Total Títulos Ocasionais</b>	<b>35 447 685</b>	<b>35 779 176</b>	<b>38 128 868</b>	<b>6,57%</b>
Assinatura Normal	39 993 908	39 729 739	42 184 136	6,18%
Assinatura 4_18 (A)	3 655 149	3 820 540	3 701 242	-3,12%
Assinatura 4_18 (B)	1 178 810	1 160 213	1 145 072	-1,30%
Assinatura 4_18 (F)	22 574	8 807	3 083	-65,00%
Assinatura Júnior	380 919	352 288	370 011	5,03%
Assinatura Estudante	15 042 599	14 097 683	13 997 082	-0,71%
Assinatura 3ª Idade	15 554 853	15 965 685	16 828 696	5,41%
Assinatura Ref. / Pens.	90 797	35 966	18 565	-48,38%
Assinatura Sub23			287 710	
Assinatura Sub23 (A)	4 225 619	4 518 726	4 963 328	9,84%
Assinatura Sub23 (F)	9 925	2 264	147	-93,52%
Social +	17 988 566	18 057 550	17 935 012	-0,68%
Social + (A)	3 595 220	3 866 622	4 213 721	8,98%
Social + (D)	405 415	331 313	318 961	-3,73%
Social + (R)	158 832	62 076	14 849	-76,08%
<b>Total Títulos Assinatura</b>	<b>102 303 186</b>	<b>102 009 472</b>	<b>105 981 615</b>	<b>3,89%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>137 750 871</b>	<b>137 788 648</b>	<b>144 110 483</b>	<b>4,59%</b>

Rácio Receita Total por Validação (RTV) com receita de cartões por tipo de título

Título de Transporte	2015	2016	2017
Total Títulos Ocasionais	1,06 €	1,07 €	1,11 €
Total Títulos Assinatura	0,49 €	0,51 €	0,50 €

**Rácio Receita Total por Validação (RTV) sem receita de suportes por tipo de título**

Título de Transporte	2015	2016	2017
Títulos de Viagem	1,02 €	1,03 €	1,05 €
Andante 24	1,28 €	1,35 €	1,47 €
Andante Tour 1	1,38 €	1,53 €	1,87 €
Andante Tour 3	1,47 €	1,47 €	1,58 €
<b>Total Títulos Ocasionais</b>	<b>1,03 €</b>	<b>1,04 €</b>	<b>1,07 €</b>
Assinatura Normal	0,59 €	0,63 €	0,60 €
Assinatura 4_18 (A)	0,27 €	0,27 €	0,28 €
Assinatura 4_18 (B)	0,49 €	0,51 €	0,52 €
Assinatura 4_18 (F)	0,48 €	0,50 €	0,44 €
Assinatura Júnior	0,63 €	0,66 €	0,67 €
Assinatura Estudante	0,57 €	0,59 €	0,59 €
Assinatura 3ª Idade	0,43 €	0,43 €	0,43 €
Assinatura Ref. / Pens.	0,31 €	0,28 €	0,21 €
Assinatura Sub23			0,69 €
Assinatura Sub23 (A)	0,35 €	0,36 €	0,36 €
Assinatura Sub23 (F)	0,78 €	0,83 €	1,08 €
Social +	0,37 €	0,37 €	0,37 €
Social + (A)	0,23 €	0,23 €	0,23 €
Social + (D)	0,35 €	0,37 €	0,36 €
Social + (R)	0,28 €	0,26 €	0,23 €
<b>Total Títulos Assinatura</b>	<b>0,49 €</b>	<b>0,50 €</b>	<b>0,50 €</b>

**Rácio Validações por nº cartões utilizados (VA)**

Título de Transporte	2015	2016	2017
Títulos de Viagem	1,30	1,29	1,25
Andante 24	3,83	3,64	3,40
Andante Tour 1	5,06	4,57	3,72
Andante Tour 3	10,24	10,22	9,48
<b>Total Títulos Ocasionais</b>	<b>1,33</b>	<b>1,33</b>	<b>1,28</b>
Assinatura Normal	61,09	57,43	54,88
Assinatura 4_18 (A)	51,58	51,31	49,83
Assinatura 4_18 (B)	52,13	50,63	48,87
Assinatura 4_18 (F)	54,53	51,81	54,08
Assinatura Júnior	38,72	37,13	35,92
Assinatura Estudante	50,06	48,37	47,67
Assinatura 3ª Idade	62,42	62,33	61,34
Assinatura Ref. / Pens.	85,90	95,40	137,52
Assinatura Sub23			44,34
Assinatura Sub23 (A)	47,62	46,31	46,04
Assinatura Sub23 (F)	50,64	46,20	20,97
Social +	76,37	75,60	74,62
Social + (A)	82,99	81,85	80,03
Social + (D)	77,71	75,66	75,62
Social + (R)	99,02	99,32	110,00
<b>Total Títulos Assinatura</b>	<b>60,76</b>	<b>58,78</b>	<b>57,09</b>

## *Curricula Vitae* dos Membros do Conselho de Administração

**Presidente** (a partir de 8 de fevereiro 2016): Professor Jorge Moreno Delgado

### Habilitações Académicas:

- Doutoramento em Engenharia Civil pela FEUP - UP (2002)
- Mestrado em Estruturas de Engenharia Civil pela FEUP - UP (1993)
- Licenciatura em Engenharia Civil pela FEUP - UP (1990)

### Atividade Profissional:

Desde fevereiro 1995

- Professor Adjunto da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (ESTG / IPVC)  
Área Científica – Ciências e Tecnologia  
Grupo Disciplinar – Engenharia Civil
- Principais Áreas de Atividade de Docência e Investigação:  
Análise Estrutural, Engenharia Sísmica; Estruturas de Betão Armado e Estruturas Metálicas, Gestão de Projeto, Estudos e Projetos de Transportes (em especial na área dos LRT (Light Rail Transit))

Desde 2017:

- Vice-Presidente da Assembleia Geral Associação Casa da Arquitetura

Desde 2016:

- Presidente do Conselho de Administração do TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE
- Presidente do Conselho de Administração da Metro do Porto, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da STCP, S.A.

Entre 2008 e 2012:

- Administrador Executivo da Metro do Porto, S.A.

Entre 2004 e 2005:

- Vice-Presidente do Conselho Administrativo e Diretivo da Escola Superior de Tecnologia e Gestão (ESTG) do Instituto Politécnico de Viana (IPVC)

Entre 2000 e 2003:

- Consultor da empresa NEWTON - Consultores de Engenharia, Lda.

Entre 1990 e 1995:

- Engenheiro Sénior da área das Estruturas e Geotecnia da empresa: NEWTON - Consultores de Engenharia, Lda. (e.g.)

Publicações (e.g.)

- Jorge M. Delgado, Antonio Abel R. Henriques, Raimundo M. Delgado; "Structural Non-Linear Models and Simulation Techniques: An Efficient Combination for Safety Evaluation of RC Structures"; Handbook of Research on Computational Simulation and Modelling in Engineering, pp. 540 – 584; Release Date: September, 2015. Copyright © 2016. (ISBN13: 9781466688230 ISBN10: 1466688238 EISBN13: 9781466688247)
- HENRIQUES, A.A.; VEIGA, J.M.C.; MATOS, J.A.C.; DELGADO, J.M.; "Uncertainty Analysis of Structural Systems by Perturbation Techniques"; Structural and Multidisciplinary Optimization, Vol. 35, N. 3, Springer; pp. 201-212; 2008.
- VEIGA, J.M.G.C.; HENRIQUES, A.A.; DELGADO, J.M.; "An efficient evaluation of structural safety applying perturbation techniques"; III European Conference on Computational Mechanics, Solids, Structures and Coupled Problems in Engineering, Ed. C.A. Mota Soares et.al.; Springer; pp. 126 (Ed. CD-ROM: 9 pag.); 2006.
- VEIGA, J.M.G.C.; HENRIQUES, A.A.R.; DELGADO, J.M.; "Avaliação da incerteza em estruturas de betão pela técnica das perturbações"; CIMNE/CILAMCE 2007 - Métodos Numéricos e Computacionais em Engenharia, Ed. J.C. Sá, R. Delgado, A.D. Santos, A. Rodríguez-Ferran, J. Oliver, P.R.M. Lyra, J.L.D. Alves; APMTAC/FEUP – Associação Portuguesa de Mecânica Teórica, Aplicada e Computacional / Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (Ed. CD-ROM: 12 pag.), pp. 286; 2007.
- VEIGA, J.M.; HENRIQUES, A.A.; DELGADO, J.M.; "Aplicação de técnicas de perturbação na análise da incerteza estrutural"; 4as Jornadas Portuguesas de Engenharia de Estruturas, LNEC; pp. 92-93 (Ed. CD-ROM: 13 pag.); 2006.
- HENRIQUES, A.A.R.; VEIGA, J.M.; DELGADO, J.M.; "Aplicação da técnica das perturbações na avaliação da incerteza em estruturas de engenharia civil"; II Encontro Nacional de Riscos, Segurança e Fiabilidade – Riscos Públicos e Industriais, Ed. C. Guedes Soares, A.P. Teixeira e P. Antão, Instituto Superior Técnico; Edições Salamandra; Vol. 1; pp. 659 - 673; 2007.
- Delgado, J. M.; Delgado R. M., SECOND ORDER EFFECTS DESIGN OF REINFORCED CONCRETE FRAMED STRUCTURES ACCORDING TO EC2 - RELIABILITY ANALYSIS, publicado em RISK ANALYSIS III, pp. 105-114, Editor C.A. Brebbia, Wit Press, Southampton, Boston, 2002.

Vogal (entre 8 de fevereiro de 2016 e 30 de junho de 2017): Eng. Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró

#### Habilitações Académicas:

- Licenciatura em Engenharia Civil pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (1978)
- Mestrado em Investigação Operacional e Engenharia de Sistemas (parte escolar), pelo Instituto Superior Técnico (1985)

#### Atividade Profissional:

Desde fevereiro de 2013:

- Presidente do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal, EPE

Desde julho de 2015:

- Presidente do Conselho de Administração da EMEF – Empresa de Manutenção e Equipamento Ferroviário, SA
- Gerente da Nomad Tech, Lda

Entre março de 2013 e 22 de julho de 2015:

- Presidente do Conselho de Administração da CP Carga-Logística e Transportes de Mercadorias, SA

Entre 1980 e 2013:

- Assistente, Professor Auxiliar na Universidade de Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia, no Laboratório de Urbanismo, Ordenamento do Território e Transportes.

Entre 2006 e 2013:

- Sócio Gerente da Conprojur, Consultadoria e Projetos Urbanos, Lda., Coimbra, empresa de Coordenação de Projetos.

Entre 2002 e 2005:

- Administrador na empresa Soturis – Sociedade Imobiliária e Turística, SA.

Entre 1983 e 2002:

- Deputado à Assembleia da República de 1983 a 1987, de 1991 a 1995 e de 1999 a 2002, tendo exercido funções junto da Comissão Parlamentar de Obras Públicas, Ambiente e Poder Local, da Comissão Parlamentar de Educação e da Comissão Parlamentar de Integração Europeia, bem como contribuído no âmbito da definição de opções a respeito do Plano Rodoviário Nacional, Rede Ferroviária, Infraestruturas Portuárias e Aeroportuárias, Metro do Porto, TGV, Solução final na questão da Coincinação e Política de Resíduos Perigosos, Rede regional e local de Gás natural, Política nacional de produção de energia.

Entre 1989 e 1993:

- Consultor e Projetista - Participação na elaboração de Planos Diretores Municipais (Oliveira do Hospital, Anadia, Montemor, Viseu e Figueira da Foz), através do IERU – Instituto de Estudos Regionais e Urbanos (Universidade de Coimbra).

Entre 1978 e 1980:

- Subtenente da Armada.

**Vogal** (a partir de 14 de setembro de 2017): **Eng. José Manuel Rodrigues Gaspar**

**Habilitações Académicas:**

- Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica pelo Instituto Superior Técnico (1971-1977)
- Pós-graduação em Sistemas de Informação pelo Instituto Superior Técnico (1979)

**Atividade Profissional:**

2013-2018:

- Assessor do Conselho de Administração da CP, Comboios de Portugal, EPE;
- Administrador do TIP-Transportes Intermodais do Porto, ACE;
- Administrador da OTLIS-Operadores De Transportes da Região De Lisboa, A.C.E.

1998-2013:

- Diretor de Sistemas de Informação da CP, Comboios de Portugal, EPE

1996-1998:

- Manager Informations Systems (Diretor de Sistemas de Informação) da Philip Morris International reportando a nível Nacional e Internacional (Suíça)

1990-1991:

- Docente do IMPE-Instituto Militar dos Pupilos do Exército nas áreas de Programação e de Gestão Informática dos Cursos de Ensino Superior daquela instituição

1988 – 1996:

- Diretor de Sistemas de Informação da Tabaqueira EP, sendo responsável pelos sistemas informáticos da Empresa e das suas Associadas

1982 – 1988:

- Diretor de Organização Informática da EPAC-Empresa Pública de Abastecimento de Cereais, sendo responsável pela implementação dos sistemas informáticos quer na componente de gestão, quer na de automação

1980-1982:

- Analista Coordenador de Projetos informáticos no Banco de Fomento Nacional

1978 – 1988:

- Docente do Instituto Superior Técnico nas cadeiras das Áreas de Informática e Cálculo Automático

1978-1980:

- Analista Coordenador de Projetos Informáticos na Empresa CTT's-TLP's

1978:

- Investigador no Laboratório de Física e Engenharia Nucleares

Vogal (a partir de 8 de fevereiro 2016): Dr. Pedro José Ferreira Morais

#### Habilitações Académicas:

- Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto (1995 - 2000)
- Pós-graduação em Finanças em resultado da frequência da parte curricular do Mestrado em Ciências Empresariais com especialização em Finanças pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto (2002-2004)
- Formação em Gestão de Operações em Transportes Públicos de Passageiros pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (2014)

#### Atividade Profissional:

Desde janeiro de 2016

- Exerce funções executivas no Conselho de Administração da STCP, sendo responsável pela coordenação direta do Serviço de Secretariado Geral e Apoio ao Conselho de Administração, Gabinete de Controlo de Gestão e Auditoria, Departamento de Recursos Humanos, Departamento Administrativo e Financeiro e Gabinete de Informática e Comunicações.
- Representante do Conselho de Administração da STCP para as relações com a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).
- Representa a STCP no Conselho de Administração da empresa participada Transportes Intermodais do Porto, ACE (TIP-ACE) sendo o gerente da STCP Serviços – Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda

Entre outubro de 2014 e janeiro de 2016

- Administrador da Card4B, SA

Entre fevereiro de 2010 e setembro de 2014

- Diretor geral da Beware-Consultadoria e Serviços, SA

Entre junho de 2008 e janeiro de 2010

- Gestão de projetos da OCTAL-Sistemas de Engenharia, SA do grupo Novabase

Entre julho de 2007 e março de 2008

- CEO da Aveifeira – Carnes e Aves da Feira, SA

Entre fevereiro de 2002 e junho de 2007

- Quadro superior no TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE

Entre outubro de 2000 e janeiro de 2002

- Quadro médio na Metro do Porto, SA

**Administrador-Delegado** (a partir de 8 de fevereiro 2016): Eng. João Rui Sousa Simões  
Fernandes Marrana

#### Habilitações Académicas:

- Especialista em Transportes e Vias e Comunicação da Ordem dos Engenheiros (2005);
- Membro Sénior da Ordem dos Engenheiros (2006);
- Mestrado em Engenharia Urbana (1996), Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra;
- Licenciatura em Engenharia Civil (1986), Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (Opção de Planeamento).

#### Atividade Profissional:

Desde fevereiro de 2016:

- Administrador-Delegado do TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE

Entre fevereiro de 2015 e fevereiro de 2016:

- Assessor do Conselho de Administração da Metro do Porto, SA

Entre março de 2012 e janeiro de 2015:

- Vogal da Comissão Diretiva do ON.2 (Programa Operacional Regional do Norte)

Entre setembro de 2010 e março de 2012:

- Vogal do Conselho Executivo da AMTP – Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto

Entre abril de 2009 e setembro de 2011:

- Assessor do Conselho de Administração da Metro do Porto, SA

Entre março de 2003 e abril de 2009:

- Administrador da STCP – Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, SA

Entre fevereiro de 2002 e março de 2003:

- Colaborador da Metro do Porto SA colocado no TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE

#### Outros cargos:

- Professor Auxiliar Convidado da Universidade Portucalense, regente da disciplina Mobilidade e Transportes, do curso de licenciatura em Economia (1996 - ...);
- Colaborador do Gabinete de Cooperação da CCRN (1995- 2002), em particular na preparação e gestão de projetos internacionais;
- Assessor da Direcção do Instituto da Construção (1990 – 1999);

- Colaborador da COGEPRO em diversos projetos nas áreas dos transportes e do ordenamento do território (1991/1997), nomeadamente na coordenação de Planos Territoriais (PDM Cabeceiras de Basto, PDM Celorico de Basto, Plano de Urbanização de Celorico de Basto, Plano de Pormenor da Quinta do Mosteiro) e de Estudos de Tráfego (Gaiashopping, Guimarães Shopping, Norteshopping, Modelo Vila Real, Modelo Tomar, Modelo Portimão, entre outros);
- Chefe da Divisão de Planeamento e Controle, da fiscalização das obras da Ponte Ferroviária sobre o Rio Douro e seus Acessos (1990);
- Colaborou com a CISED - Cooperativa de Investigação, Serviços e Estudos para o Desenvolvimento (1989 - 1990), onde participou em diversos no domínio dos transportes.
- Técnico Superior da Comissão de Coordenação da Região do Norte, na Divisão de Programas e Projetos (1986 - 1989).
- Exerceu a atividade de consultoria com diversas entidades, nomeadamente com a APDL - Administração dos Portos do Douro e Leixões, SA (1999 - 2000) e a AURN - Associação das Universidades da Região Norte (1996-1999).

#### Participação em associações técnicas e profissionais:

- Membro Honorário da UITP - International Association of Public Transport (2013 - ...) e do Policy Board (2011-2013);
- Membro da Comissão Transport & Urban Life da UITP (2003 - ...), onde exerceu as funções de Vice-Presidente (2009 - 2011) e Presidente (2011-2013);
- Membro do Grupo de Trabalho Light Rail Transit /Bus Rapid Transit da UITP (2005 - 2007);
- Member nº 30 684 do Institute of Transportation Engineers (1997 - 2005)

#### Atividades de Carácter Cívico

- Vice-Presidente do Conselho Geral da Associação do Museu dos Transportes e Comunicações (2004 - 2011);
- Vice-Presidente do Conselho Directivo Regional do Norte da Ordem dos Engenheiros (2001 - 2004);
- Conselho Directivo Regional do Norte da Ordem dos Engenheiros (1998 - 2001);
- Presidente da Direcção da Associação de Estudantes da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (1983 - 1984);
- Conselho Directivo da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (1983 - 1985);
- Direcção da Associação de Estudantes da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (1981 - 1983).

**Vogal** (a partir de 8 de fevereiro de 2016): Dra. Maria João Ferreira da Silva Santos

#### Habilitações Académicas:

- Licenciatura em Direito pela Universidade Católica Portuguesa, Porto (1991-1996)
- Pós-graduação em Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente (Direito interno e comunitário) pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (1999-2000)
- Pós-graduação em Logística e Ciência da Legislação pela Faculdade de Direito de Lisboa (2004)
- Curso de especialização sobre o novo regime de contratação pública no INA - Instituto Nacional de Administração, IP (2008)
- Executive master de gestão para juristas na EGE - Escola de Gestão Empresarial, Universidade Católica Portuguesa, Porto (2009-2010)
- II Curso de especialização de contratação pública pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (2010)

#### Atividade Profissional:

Desde fevereiro 2016

- Advogada na Direção Jurídica da CP – Comboios de Portugal, EPE, sendo responsável pela Delegação Norte.
- Administradora do TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE

Entre 2013 e 2016

- Administradora Delegada do TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE

Entre 2012 e 2016

- Vogal do Conselho de Administração da Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações

Entre 2011 e 2013:

- Presidente da Mesa da Assembleia Geral do TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE

Entre 2011 e 2012:

- Secretária do Conselho Geral da Associação dos Museus de Transportes e Comunicações

Entre 2005 e 2013:

- Advogada na CP – Comboios de Portugal, EPE a exercer funções no Gabinete Jurídico, sendo responsável pelo núcleo do Porto

2005:

- Jurista na AMTP, EPE - Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto

Entre 2004 e 2005:

- Adjunta, na área jurídica, do Secretário de Estado das Obras Públicas do XVI Governo Constitucional

Entre 2003 e 2004:

- Adjunta, na área jurídica, do Secretário de Estado Adjunto e das Obras Públicas do XV Governo Constitucional

Entre 2002 e 2003:

- Adjunta, na área jurídica, do Secretário de Estado da habitação do XV Governo Constitucional

Entre 2000 e 2002:

- Jurista no Departamento de Gestão Urbanística da Câmara Municipal de Gondomar

Entre 1999 e 2002:

- Jurista no gabinete técnico local de São Pedro da Cova e Fânzeres, criado pela Câmara Municipal de Gondomar, ao abrigo do programa de recuperação de áreas urbanas degradadas (PRAUD)

Entre 1996 e 1998:

- Estágio no escritório Lopes Cardoso – Sociedade de Advogados, com o Bastonário Augusto Lopes Cardoso

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

[Redacted content]